



Justiça Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas

Relatório de Gestão do exercício *2016*

Manaus – 2017



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 154/2016 e da Portaria TCU nº 59/2017.

Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas
Av. André Araújo, nº 200, Aleixo, Manaus – AM.
CEP 69060-000
www.tre-am.jus.br

Consolidação e Editoração:

Assessoria de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Institucional
(92) 3632 - 4435
asplan@tre-am.jus.br

Brasil. Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas.
Prestação de Contas Ordinária Anual : Relatório de Gestão do Exercício de
2016. – Manaus : TRE-AM/ASPLAN, 2017.
115 p.

1. Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas – Prestação de Contas. 2.
Relatório de Gestão. I. Título. II. Título.

CDD 341.41923

TRIBUNAL PLENO

Desembargador **Yedo Simões de Oliveira**
Presidente

Desembargador **João de Jesus Abdala Simões**
Vice-Presidente e Corregedor

Henrique Veiga Lima
Magistrado

Abraham Peixoto Campos Filho
Magistrado

Marília Gurgel Rocha de Paiva e Sales
Juiz Federal

Felipe dos Anjos Thury
Jurista

Vago
Jurista

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Victor Riccely Lins Santos
Procurador Regional Eleitoral

ADMINISTRAÇÃO

Messias Augusto Lima Belchior de Andrade
Diretor Geral

Waldiney Albuquerque Siqueira
Secretário Judiciário

Bárbara Lima Tavares de Almeida
Secretária de Administração, Orçamento e Finanças

Rodrigo Camelo de Oliveira
Secretário de Tecnologia da Informação

Sandro Alberto Rodrigues da Silva
Secretário de Gestão de Pessoas

LISTA DE ABREVIATURAS

ASCOM	Assessoria de Comunicação Social
ASPLAN	Assessoria de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Institucional
CCI	Coordenadoria de Controle Interno
CGETI	Comitê de Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação
CGGI	Comitê de Governança e Gestão Institucional
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
COGEST	Comitê de Gestão Estratégica
CRE	Corregedoria Regional Eleitoral
EPO	Escritório de Processos Organizacionais
LOA	Lei Orçamentária Anual
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
RP	Restos a Pagar
SAO	Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças
SGP	Secretaria de Gestão de Pessoas
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SJD	Secretaria Judiciária
STI	Secretaria de Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UG	Unidade Gestora

LISTA DE TABELAS

QUADRO 1 - Identificação da UJ	15
QUADRO 2 – Áreas estratégicas e suas competências.....	17
QUADRO 3 – Macroprocessos finalísticos	19
QUADRO 4 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	30
QUADRO 5 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores	31
QUADRO 6 – Despesas por modalidade de contratação	33
QUADRO 7 – Despesas por grupo e elemento de despesa.....	34
QUADRO 8 – Força de trabalho (situação em 31/12)	61
QUADRO 9 – Distribuição da lotação efetiva (situação em 31/12)	62
QUADRO 10 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas (situação em 31/12).....	62
QUADRO 11 – Despesas do pessoal	64
QUADRO 12 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos	65
QUADRO 13 – Quantidade de veículos por categoria de uso e localização.....	69
QUADRO 14 – Média de quilômetros rodados	69
QUADRO 15 – Idade média da frota.....	70
QUADRO 16 – Custos associados a manutenção de frota.....	70
QUADRO 17 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.....	71
QUADRO 18 – Discriminação dos bens imóveis não funcionais de propriedade da união sob responsabilidade do TRE-AM	72
QUADRO 19 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros	73
QUADRO 20 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso cedido por outros órgãos	74
QUADRO 21 – Alinhamento dos objetivos de TIC com os objetivos institucionais.....	75
QUADRO 22 – Alinhamento dos objetivos de TIC com a ENTIC-JUD.....	76
QUADRO 23 – Principais sistemas informatizados	77
QUADRO 24 – Relação dos Diretórios de Partidos no Estado.....	83
QUADRO 25 – Cotas do Fundo Partidário recebidas pelos diretórios estaduais dos partidos	85
QUADRO 26 – Diretórios estaduais que prestaram contas relativas ao exercício anterior ao de referência do relatório de gestão	86
QUADRO 27 – Diretórios estaduais que não prestaram contas.....	87
QUADRO 28 – Julgamento das contas dos diretórios estaduais dos partidos	87

QUADRO 29 – Vida útil e valor residual de bens	97
QUADRO 30 – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento	103
QUADRO 31 – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento	104
QUADRO 32 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	105
QUADRO 33 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	105
QUADRO 34 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	106
QUADRO 35 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	107
QUADRO 36 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	107
QUADRO 37 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	108
QUADRO 38 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	109
QUADRO 39 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	109
QUADRO 40 – Despesas com publicidade	111

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Organograma geral do TRE-AM.....	17
FIGURA 2 - Representação da cadeia de valor do TRE-AM	19
FIGURA 3 – Mapa estratégico do TRE-AM	25
FIGURA 4 – Painel de indicadores estratégicos do TRE-AM.....	29
FIGURA 5 – Mapa estratégico de TIC	77

SUMÁRIO

Apresentação	11
Visão geral da Instituição	13
1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS	15
2 NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO	15
3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO	16
4 ORGANOGRAMA.....	16
4.1 ÁREAS ESTRATÉGICAS E SUAS COMPETÊNCIAS.....	17
5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	18
Planejamento organizacional e resultados.....	23
1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	25
1.1 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS OBJETIVOS DO EXERCÍCIO	26
1.2 VINCULAÇÃO DOS PLANOS DA UNIDADE COM AS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E OUTROS PLANOS	27
2 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS	28
3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO.....	30
3.1 OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS SEM RESPECTIVO CRÉDITO AUTORIZADO NO ORÇAMENTO	30
3.1.1 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	30
3.1.2 Análise crítica.....	30
3.2 RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	31
3.2.1 Movimentação e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores	31
3.2.2 Análise crítica.....	31
3.3 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS	33
3.3.1 Despesas por modalidade de contratação	33
3.3.2 Despesas por grupo e elemento de despesa	34
3.3.3 Análise crítica.....	35
4 DESEMPENHO OPERACIONAL.....	36
4.1 PROGRAMA DE IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA DO ELEITOR.....	36
4.2 ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2016	36
4.3 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO – PJe.....	36
4.4 RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE ÀS METAS ANUAIS ESTABELECIDAS PARA O PODER JUDICIÁRIO	37
4.4.1 Meta 1 – Resultados	37
4.4.2 Meta 2 – Resultados	37
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO	38
5.1 DETALHAMENTO DOS INDICADORES DO PLANO ESTRATÉGICO 2016-2021	38
5.1.1 Índice de desempenho institucional (IE-000)	38
5.1.2 Índice de biometria do cadastro eleitoral do Amapá (IE-001)	38
5.1.3 Índice de cumprimento do tempo do processo no 1º grau (IE-002)	39
5.1.4 Índice de cumprimento do tempo do processo no 2º grau (IE-003)	40

5.1.5	Índice de cumprimento do tempo dos processos prioritários no 1º grau (IE-004).....	40
5.1.6	Índice de cumprimento do tempo dos processos prioritários no 2º grau (IE-005).....	41
5.1.7	Índice de execução de correições e inspeções (IE-006).....	42
5.1.8	Índice de execução de auditorias internas (IE-007).....	42
5.1.9	Índice de cumprimento das recomendações de órgãos de controle (IE-008).....	43
5.1.10	Índice de processos disciplinares instaurados e conclusos no exercício (IE-009).....	44
5.1.11	Índice de locais de votação urbanos com seções especiais (IE-010).....	44
5.1.12	Índice de cumprimento do tempo dos processos de contratação (IE-011).....	45
5.1.13	Índice de aprimoramento da gestão de pessoas (IE-012).....	46
5.1.14	Índice de implementação de mecanismos internos de governança e gestão (IE-013).....	46
5.1.15	Índice de atendimento de demandas e desenvolvimento da área de TIC (IE-014).....	47
5.1.16	Aderência da execução ao planejamento orçamentário (IE-015).....	47
5.1.17	Perdas orçamentárias (IE-016).....	48
Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos.....		49
1	DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA.....	51
1.1	COMITÊ DE GOVERNANÇA E GESTÃO INSTITUCIONAL (CGGI).....	51
1.2	OUTROS COMITÊS E COMISSÕES PERMANENTES.....	51
2	INFORMAÇÕES SOBRE OS DIRIGENTES E COLEGIADOS.....	52
3	ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	52
4	ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS.....	54
4.1	SISTEMA DE CORREIÇÃO.....	54
4.2	CORREIÇÕES ORDINÁRIAS REALIZADAS.....	55
4.3	CORREIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS REALIZADAS.....	55
4.4	INSPEÇÕES REALIZADAS.....	55
4.5	SINDICÂNCIAS INSTAURADAS PELA CORREGEDORIA.....	55
5	GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	57
Áreas especiais da gestão.....		59
1	GESTÃO DE PESSOAS.....	61
1.1	ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE.....	61
1.1.1	Análise crítica.....	62
1.2	DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL.....	64
1.3	GESTÃO DE RISCOS RELACIONADOS AO PESSOAL.....	65
1.4	CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS.....	65
1.4.1	Pessoal de apoio terceirizado.....	65
1.4.2	Estagiários.....	66
2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA.....	69
2.1	GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS.....	69
2.2	POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DE VEÍCULOS INSERVÍVEIS OU FORA DE USO E INFORMAÇÕES GERENCIAIS SOBRE VEÍCULOS NESSAS CONDIÇÕES.....	71
2.3	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO.....	71

2.3.1	Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União	71
2.3.2	Discriminação dos bens imóveis sob a responsabilidade do TRE-AM	72
2.4	CESSÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS E IMÓVEIS A ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS OU PRIVADAS	72
2.5	INFORMAÇÕES SOBRE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS	73
3	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	75
4	GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	81
5	GESTÃO DE FUNDOS E DE PROGRAMAS	83
5.1	INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO PARTIDÁRIO	83
5.1.1	Diretórios de partidos políticos registrados no TRE-AM	83
5.1.2	Valores recebidos pelos diretórios estaduais	85
5.1.3	Prestação de contas dos diretórios estaduais	86
5.1.4	Situação das contas prestadas pelos diretórios estaduais	87
	Relacionamento com a sociedade	89
1	CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO	91
1.1	OUVIDORIA REGIONAL ELEITORAL	91
1.2	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	91
1.3	PORTAL WEB DO TRIBUNAL NA INTERNET	91
2	CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	92
3	AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS	92
4	MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES	92
5	MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES	93
	Desempenho financeiro e informações contábeis	95
1	TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIACÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	97
2	SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DO TRE-AM	98
3	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS	99
	Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle	101
1	TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	103
1.1	DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE CUMPRIMENTO	103
2	TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	105
2.1	RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	105
2.2	RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO NÃO ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	105
3	DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993	110
4	INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	110
4.1	DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	110
	Anexo I	113
1	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS	113

Apresentação

O presente relatório concentra informações relativas à gestão do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas no período compreendido entre 01/01/2016 a 31/12/2016, nos moldes determinados pelo Tribunal de Contas da União.

Este documento possui sete (7) seções principais: a) VISÃO GERAL DA INSTITUIÇÃO; b) PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS; c) GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS; d) ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO; e) RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE; f) DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS; e g) CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE. Cada seção está organizada em itens e subitens com dados e informações distribuídos em quadros, tabelas e texto descritivo.

As informações aqui consignadas foram fornecidas pelas diversas unidades administrativas do Tribunal, a partir de seus registros manuais ou em sistemas internos de informação. Dados orçamentários foram extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, bem como do sistema de informações sobre orçamento público – SIGA BRASIL, disponível no portal *web* do Senado Federal.

Sobre a gestão em 2016, a maior parte do esforço do TRE-AM empreendido durante o exercício foi direcionado para a realização das eleições municipais. Em anos pares o tribunal promove uma grande mobilização de todos os seus recursos, sejam eles humanos ou materiais, para viabilizar o atendimento das inúmeras necessidades do processo eleitoral.

Na atividade judicante, o TRE-AM recebeu em 2016 algo em torno de 27.300 (vinte e sete mil e trezentos) processos, dos quais, 10.700 (dez mil e setecentos) referiram-se a registro de candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador, que foram devidamente processados e julgados entre julho e outubro.

Merecem destaque, também, as operações logísticas colocadas em prática para garantir que a urna estivesse disponível nos recantos mais longínquos do Estado, nas comunidades rurais, áreas de fronteira e aldeias indígenas. Uma verdadeira operação de guerra para garantir o exercício da cidadania.

Com a instituição do Comitê de Governança e Gestão Institucional – CGGI, por meio da Portaria Nº 684/2016, de 3 de agosto de 2016, o TRE-AM inaugurou uma nova maneira de tratar internamente os temas institucionais, transformando a gestão em atividade mais democrática e aderente ao profissionalismo. O CGGI é um colegiado integrado pelos principais gestores que se reúne periodicamente para debater sobre matérias relativas à governança e à gestão (estratégia, processos, projetos, riscos, sustentabilidade, acessibilidade, entre outros), deliberando sobre as ações necessárias, seus responsáveis e os prazos de execução, tudo devidamente documentado em ata. Espera-se um ganho de desempenho do tribunal ao longo do tempo com esse controle aplicado à gestão.

Outro exemplo de convergência de esforços para a melhoria da gestão foi o oferecimento do curso “Gestão de Riscos no Setor Público” aos principais gestores. A capacitação teve carga horária de 16 (dezesesseis) horas e alcançou 23 (vinte e três) servidores, sendo ministrada por um auditor do Tribunal de Contas da União.

O aperfeiçoamento da gestão é uma demanda premente das organizações públicas, sobretudo no atual momento econômico pelo qual estamos atravessando. Assim, esperamos que seja incremental e contínua no âmbito da justiça eleitoral.

Manaus, 25 de abril de 2017

Desembargador YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas

Visão geral da Instituição

Nesta seção são apresentadas as informações que caracterizam o TRE-AM como instituição. Estas informações encontram-se organizadas nos seguintes tópicos:

- FINALIDADE E COMPETÊNCIAS
- NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO
- AMBIENTE DE ATUAÇÃO
- ORGANOGRAMA
- MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

O Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE-AM) e os demais tribunais regionais eleitorais e o Tribunal Superior Eleitoral, integram a Justiça Eleitoral, um dos ramos do Poder Judiciário. Esta justiça especializada é responsável pela administração executiva, gerencial e operacional do processo eleitoral, bem como por boa parte de sua normatização. É o único órgão integrante da justiça brasileira que detém funções administrativa e normativa que extrapolam seu âmbito jurisdicional.

O TSE é a instância jurídica máxima da Justiça Eleitoral brasileira tendo jurisdição nacional. As demais instâncias são representadas pelos vinte e sete (27) TREs, pelos Juízes Eleitorais e pelas Juntas Eleitorais (nomeadas nos momentos de eleição). A jurisdição de cada TRE coincide com a respectiva Unidade da Federação e o Distrito Federal.

As principais leis que regem o Direito Eleitoral são o Código Eleitoral de 1965, a Lei 9.504, de 1997, a Lei dos Partidos Políticos, de 1995, a Lei 12.034 de 2009 e as periódicas resoluções normativas do TSE, que regulam as eleições com força de lei.

2 NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO

QUADRO 1 - Identificação da UJ

Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada
<p>Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada</p> <p>Constituição Federal Brasileira de 1934, promulgada em 16 de julho de 1988 pela Assembleia Constituinte.</p>
<p>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</p> <p>Estrutura orgânica: Resolução TRE/AM N.º 03, de 17.07.2007, alterada pela Resolução TRE-AM N.º 05/2008, de 25.07.2008 e pela Resolução TRE-AM N.º 01/2010, de 09/02/2010 (publicada em 19/02/2010 no Diário de Justiça Eletrônico do TRE-AM), homologada pela Resolução TSE N.º 23.271, de 01/06/2010 (publicada em 10/08/2010 no Diário de Justiça Eletrônico do TSE).</p> <p>Regimento Interno: Resoluções TRE-AM N.º 04/2008 e 09/2008, publicadas em 27/06/08 e 27/11/2008, respectivamente.</p> <p>Regulamento Interno da Secretaria: Resolução TRE-AM N.º 15/2009, de 18/12/2009.</p> <p>Membros da Corte: Constituição Federal de 1988, Art. 120, §§ 1º e 2º;</p> <p>Juizes Eleitorais: Art. 32 do Código Eleitoral – Lei N.º 4.737/65, de 15 de julho de 1965.</p> <p>Promotores Eleitorais: Art. 79 da Lei Complementar N. 75 de 20/05/93 - Lei Orgânica do Ministério Público da União.</p> <p>Cargos da Secretaria do Tribunal: Lei N.º 7.645, de 18/12/1987, Lei N.º 6.082, de 10/07/1974, Lei N.º 8.868, de 14/04/1994 e Lei N.º 11.202/2005.</p>

Cargos dos Cartórios Eleitorais: Lei n. 10.842, de 20/02/2004.

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada

Manual de Práticas Cartorárias: Provimento TRE-AM N.º 15/2012, de 09/04/2012.

Plano estratégico 2016-2021: Resolução TRE-AM N.º 01/2016, de 30/03/2016.

Fonte: Diversas unidades do tribunal

3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

O Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas desempenha um importante papel para a sociedade amazonense por meio da organização e operacionalização das eleições no Estado, bem como da resolução dos conflitos delas decorrentes.

Para garantir o livre exercício dos direitos políticos dos cidadãos amazonenses o TRE-AM mantém 57 (cinquenta e sete) cartórios eleitorais nos 61 (sessenta e um) municípios do interior do Estado e 13 (treze) cartórios na capital. Todos os cartórios são equipados com a infraestrutura necessária para atendimento, prestando serviços como emissão e transferência de títulos eleitorais, certidões, registro de candidatos, protocolo judicial, entre outros.

De modo a facilitar a coleta do voto nas eleições, o TRE-AM instala em torno de 7.000 (sete mil) urnas nos locais de votação espalhados pelas cidades e comunidades rurais, a maioria acessíveis por embarcações fluviais e, algumas, apenas por meio aéreo com aviões e helicópteros.

4 ORGANOGRAMA

O Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas possui 70 (setenta) zonas eleitorais que representam a primeira instância da justiça eleitoral no Amazonas, sendo 13 na capital e 57 no interior do estado. A segunda instância é representada pelo Pleno, um colegiado de 7 (sete) membros que atua na capital do Estado.

A figura abaixo explicita as unidades administrativas que compõem a estrutura orgânica do TRE-AM. As áreas consideradas estratégicas são descritas na tabela apresentada no item seguinte.

O organograma da estrutura organizacional do TSE é composto por duas partes principais: a Presidência e a Secretaria do Tribunal.

Presidência:

- Juizos Eleitorais 1ª Instância:** Relação funcional com a Presidência.
- Pleno 2ª Instância:** Relação funcional com a Presidência.
- Gabinete:** Relação hierárquica direta com a Presidência.
- Assessoria Jurídica:** Relação hierárquica direta com a Presidência.
- Assessoria de Comunicação Social:** Relação hierárquica direta com a Presidência.
- Corregedoria Regional Eleitoral:** Relação funcional com a Presidência.
- Ouvidoria:** Relação funcional com a Presidência.
- Assessoria Jurídica:** Relação funcional com a Presidência.
- Gabinete:** Relação funcional com a Presidência.
- Coordenadoria de Supervisão e Orientação:** Relação funcional com a Presidência.
- Coordenadoria de Controle Interno:** Relação hierárquica direta com a Presidência.
- Escola Judiciária Eleitoral:** Relação hierárquica direta com a Presidência.

Secretaria do Tribunal:

- Gabinete:** Relação hierárquica direta com a Secretaria do Tribunal.
- Assessoria Jurídica:** Relação hierárquica direta com a Secretaria do Tribunal.
- Assessoria de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Institucional:** Relação hierárquica direta com a Secretaria do Tribunal.

Secretarias e suas Coordenadorias:

- Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças:**
 - Coordenadoria de Material e Patrimônio
 - Coordenadoria de Orçamento e Finanças
 - Coordenadoria de Serviços Gerais
- Secretaria de Gestão de Pessoas:**
 - Coordenadoria de Assistência Médica e Social
 - Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento
 - Coordenadoria de Pessoal
- Secretaria de Tecnologia da Informação:**
 - Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas
 - Coordenadoria de Infraestrutura
 - Coordenadoria de Logística
- Secretaria Judiciária:**
 - Coordenadoria de Apoio às Sessões, Taquigrafia e Publicação
 - Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação
 - Coordenadoria de Registro e Informações Processuais

Legenda:

- Relação funcional
- Relação hierárquica

4.1 ÁREAS ESTRATÉGICAS E SUAS COMPETÊNCIAS

Área estratégica	Competências (resumo)	Titular	Cargo	Período de atuação
Presidência/Vice-Presidência	Responsável pela gestão máxima do tribunal	Desdor. Yedo Simões de Oliveira	Presidente	01/01/16 a 31/12/16
		Desdor. João de Jesus Abdala Simões	Vice-Presidente	
Zonas Eleitorais	Representam a primeira instância da justiça eleitoral e são responsáveis pela operacionalização das eleições em cada município	Juízes eleitorais	Juiz	01/01/16 a 31/12/16
Tribunal Pleno	Representa a segunda instância da justiça eleitoral	Juízes membros	Juiz	01/01/16 a 31/12/16
Corregedoria Regional Eleitoral	Responsável pela conformidade dos serviços judiciários desenvolvidos pelos cartórios eleitorais (primeira instância)	Desdor. João de Jesus Abdala Simões	Corregedor	01/01/16 a 31/12/16
Assessoria de Comunicação Social	Responsável pelas atividades nas áreas de imprensa, relações públicas, comunicação digital, promoção, patrocínio, publicidade e	Gláucio Marques de Sousa	Assessor	01/01/16 a 31/12/16

	cerimonial			
Ouvidoria	Responsável pela manutenção de canais de comunicação direta com o cidadão	Abraham Peixoto Campos Filho	Ouvidor	25/04/16 a 31/12/16
Escola Judiciária Eleitoral	Responsável pela promoção de capacitação na área do direito eleitoral e afins para servidores, magistrados e outros interessados	Henrique Veiga Lima	Diretor	01/01/16 a 31/12/16
Coordenadoria de Controle Interno	Responsável pela supervisão e acompanhamento da execução dos programas de trabalho, da gestão orçamentária, financeira, contábil, operacional, patrimonial e de pessoal, e da análise de contas de partidos políticos, de comitês financeiros e de candidatos	Hernan Batalha Gonçalves	Coordenador	01/01/16 a 31/12/16
Secretaria do Tribunal (Diretoria Geral)	Responsável pela direção administrativa para o funcionamento do tribunal	Messias Augusto Lima Belchior de Andrade	Diretor Geral	01/01/16 a 31/12/16
Assessoria de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Institucional	Responsável pelo assessoramento nos assuntos relacionados à governança e à gestão (estratégia, processos, projetos, riscos, entre outros)	Kleber Cezar Merklein	Assessor	01/01/16 a 31/12/16
Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças	Responsável pela viabilização de serviços e dos recursos (materiais e patrimoniais) necessários para o regular funcionamento do órgão	Bárbara Lima Tavares de Almeida	Secretário	01/01/16 a 31/12/16
Secretaria de Gestão de Pessoas	Responsável pela administração de pessoal (recrutamento, seleção, desenvolvimento, avaliação de desempenho, assistência à saúde, aposentadorias e pensões)	Sandro Alberto Rodrigues da Silva	Secretário	01/01/16 a 31/12/16
Secretaria de Tecnologia da Informação	Responsável pela viabilização dos recursos de tecnologia da informação e comunicação (infraestrutura, sistemas e suporte) e pela segurança dos dados	Rodrigo Camelo de Oliveira	Secretário	01/01/16 a 31/12/16
Secretaria Judiciária	Responsável pelas atividades cartorárias de suporte à judicância da segunda instância do tribunal (processamento, julgamento, publicação e jurisprudência) e pelo registro de dados das agremiações partidárias	Waldiney Albuquerque Siqueira	Secretário	01/01/16 a 31/12/16

Fonte: Assessoria de Planejamento Estratégico – ASPLAN

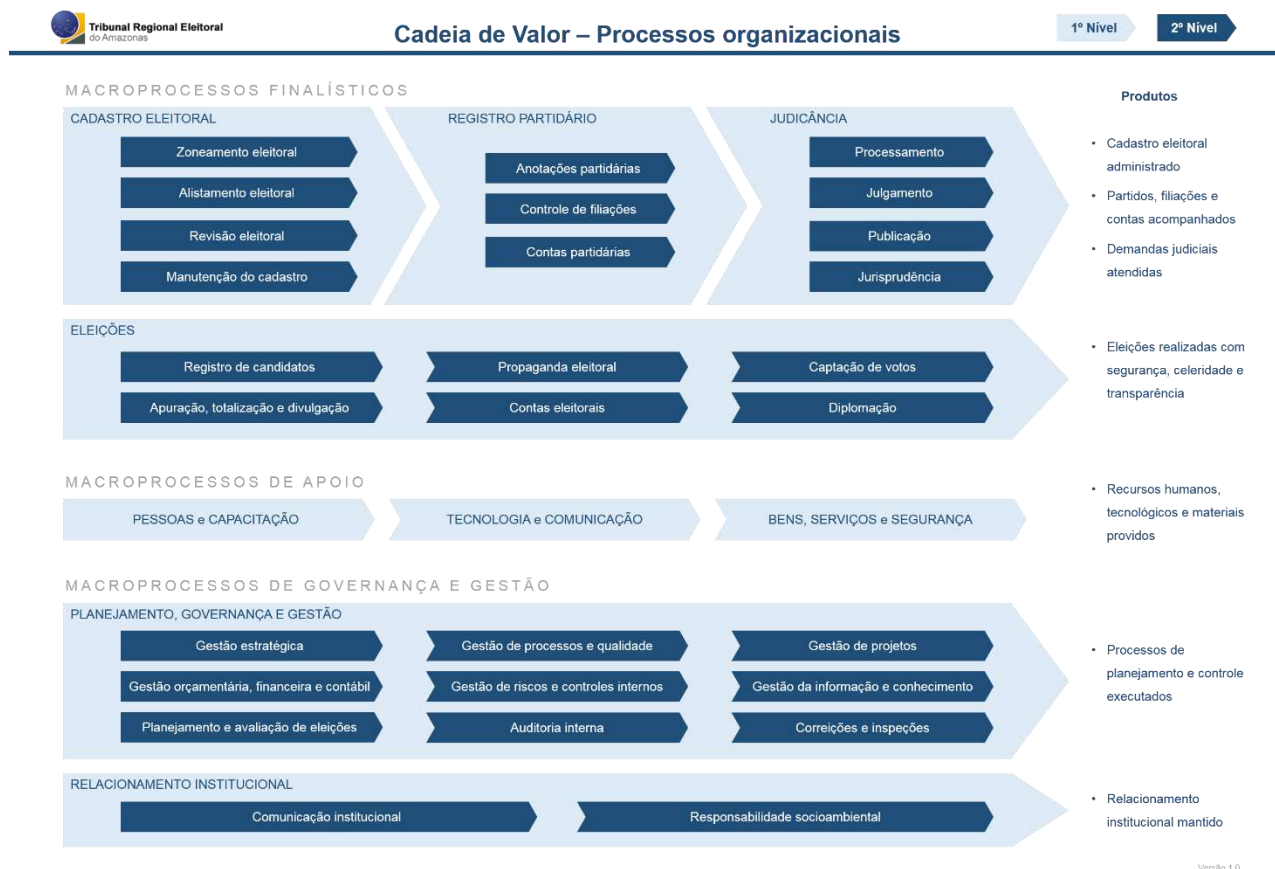
5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Uma forma assertiva de apresentar as principais atividades de uma organização é por meio da sua cadeia de valor¹. A cadeia de valor é um diagrama que demonstra como o negócio gera valor para os clientes.

O TRE-AM aprovou sua primeira versão da cadeia de valor por meio da Portaria Nº 954, de 26/10/2016, mostrada na figura abaixo.

¹ Cadeia de valor é um conceito introduzido por Michael Porter em 1985 e designa uma série de atividades relacionadas e desenvolvidas pela organização a fim de satisfazer as necessidades dos clientes, desde as relações com os fornecedores e ciclos de produção e venda até a fase da distribuição para o consumidor final, apresentadas como um diagrama.

FIGURA 2 - Representação da cadeia de valor do TRE-AM



Fonte: Assessoria de Planejamento Estratégico – ASPLAN

A cadeia de valor passou a ser reconhecida no TRE-AM como um importante instrumento para a aplicação efetiva da visão de gestão de processos. A partir dela desdobrar-se-á a arquitetura de processos². Acreditamos que a arquitetura de processos contribuirá para uma melhor compreensão, priorização, automação e melhoria dos processos de trabalho.

Os macroprocessos finalísticos do TRE-AM e seus principais atributos são apresentados na tabela a seguir.

QUADRO 3 – Macroprocessos finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Cadastro Eleitoral	Abrange as atividades relativas à delimitação das áreas de jurisdição, o alistamento eleitoral, a revisão do eleitorado e as operações de manutenção do cadastro eleitoral	<ul style="list-style-type: none"> Jurisdição das zonas eleitorais Títulos e certidões eleitorais Cadastro eleitoral fidedigno 	<ul style="list-style-type: none"> Eleitores 	<ul style="list-style-type: none"> Cartórios eleitorais Corregedoria
Registro	Abrange as atividades relativas ao	<ul style="list-style-type: none"> Registros atualizados de partidos políticos 	<ul style="list-style-type: none"> Partidos políticos 	<ul style="list-style-type: none"> Cartórios eleitorais

² A arquitetura de processos representa o detalhamento ou o desdobramento de uma cadeia de valor para os níveis tático e operacional.

Partidário	registro partidários, controle das filiações e análise das contas de partidos políticos	<ul style="list-style-type: none"> • Cadastro de filiados políticos • Análise das contas de partidos políticos 	<ul style="list-style-type: none"> • Filiados a partidos políticos 	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria Judiciária • Coordenadoria de Controle Interno
Judicância	Abrange as atividades relativas ao processamento e julgamento dos feitos judiciais, publicação das decisões e jurisprudência do tribunal	<ul style="list-style-type: none"> • Demandas judiciais atendidas • Decisões publicadas • Jurisprudência organizada e disponibilizada 	<ul style="list-style-type: none"> • Partidos e candidatos • Advogados e partes • Juízes e Promotores de Justiça 	<ul style="list-style-type: none"> • Cartórios eleitorais • Secretaria Judiciária
Eleições	Abrange as atividades relativas à operacionalização das eleições, do preparo à diplomação dos eleitos	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos necessários previstos e providos • Candidaturas julgadas • Propaganda eleitoral fiscalizada • Captação de votos realizada • Resultados apurados e divulgados • Candidatos eleitos diplomados 	<ul style="list-style-type: none"> • Partidos e candidatos • Eleitores • Sociedade 	<ul style="list-style-type: none"> • Toda a estrutura do tribunal

Fonte: Assessoria de Planejamento Estratégico – ASPLAN

Em 2016, além de aprimorar a percepção das principais atividades desenvolvidas pela justiça eleitoral, que foi alcançado por meio do esforço mediado pela Assessoria de Planejamento Estratégico, culminando na primeira versão da cadeia de valor aprovada, o TRE-AM ainda atuou fortemente nos macroprocessos finalísticos, sobretudo em razão das Eleições Municipais 2016.

Quanto ao macroprocesso “Cadastro Eleitoral” o TRE-AM consolidou o rezoneamento eleitoral do município de Manaus, iniciado em 2014, que corrigiu grandes distorções de eleitorado entre as 13 (treze) zonas eleitorais que integram a capital do Estado. Concluiu, ainda, a revisão dos eleitores de 10 (dez) municípios da região metropolitana de Manaus, elevando para 65% a proporção do cadastro eleitoral amazonense com dados biográficos coletados.

Em relação ao macroprocesso “Judicância”, o TRE-AM deu um salto importante na sua automação, por meio da implantação do Processo Judicial Eletrônico – PJe. Em abril de 2016 o PJe foi regulamentado e entrou em operação na segunda instância do tribunal. Até então, apenas os tribunais eleitorais do Rio Grande do Sul e de Goiás haviam implantado o sistema. Após o TRE-AM, os TREs de Tocantins e da Paraíba também alcançaram tal objetivo. A implantação do PJe na primeira instância eleitoral no Amazonas está prevista para o segundo semestre de 2017.

Sobre o macroprocesso “Eleições”, mais uma vez a justiça eleitoral amazonense fez um trabalho de excelência, garantindo, ao final, a segurança do processo e a legitimidade dos resultados. Por ter características administrativas e judiciais, o processo eleitoral envolve toda a estrutura do

tribunal, da logística demandada à resolução dos conflitos decorrentes, representa um desafio considerável e um esforço gigante sua realização.

Tanto quanto os macroprocessos finalísticos, as atividades de apoio e de governança e gestão receberam a atenção necessária, dentro das possibilidades e prioridades, afinal, o *core business* não seria alcançado sem essas atividades. O funcionamento do Comitê de Governança e Gestão – CGGI, que torna a gestão mais controlada e participativa e os investimentos em tecnologia visando alta disponibilidade dos serviços e sistemas de TIC são evidências dos esforços realizados com foco em processos de trabalho.

Planejamento organizacional e resultados

Nesta seção são apresentadas as principais informações sobre a gestão no período de referência deste Relatório de Gestão. As informações encontram-se organizadas nos seguintes tópicos:

- PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL
- FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS DOS PLANOS
- DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO
- DESEMPENHO OPERACIONAL
- APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

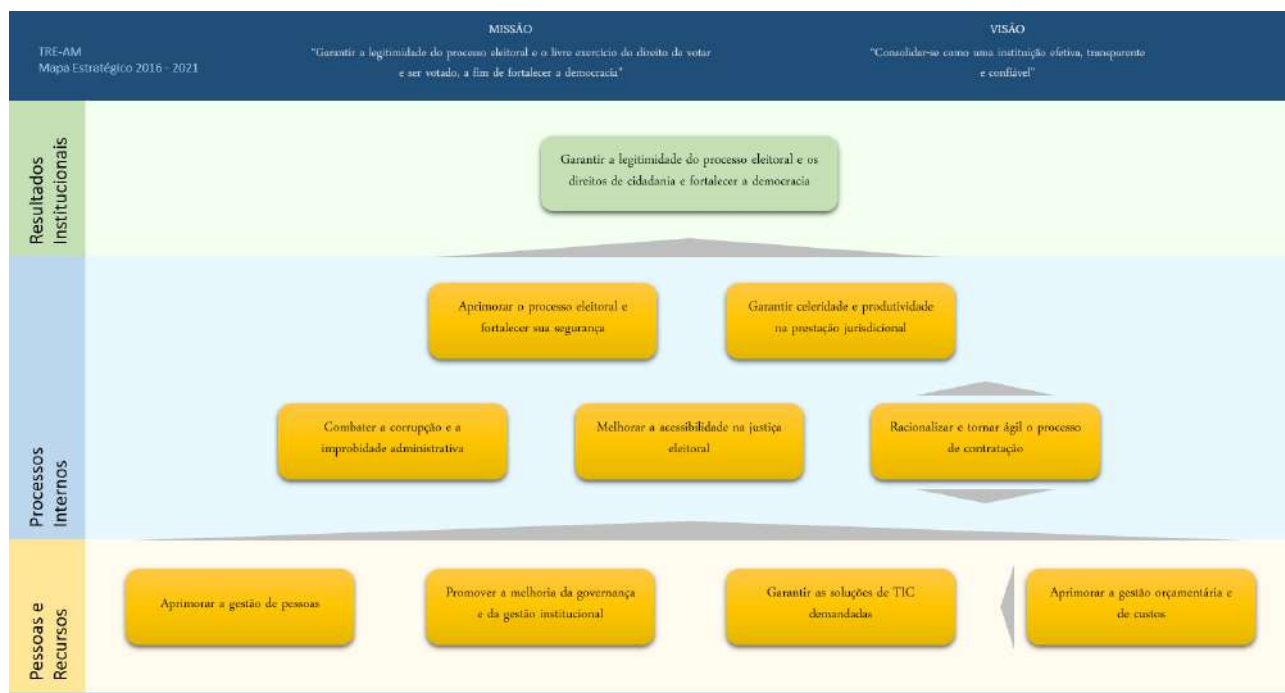
O TRE-AM aprovou seu último plano estratégico, com vigência entre 2016 e 2021, em 30 de março de 2016, por meio da Resolução TRE-AM Nº 01/2016. Sua elaboração seguiu um processo etapa por etapa, conduzido pela área de planejamento estratégico com uma equipe multidisciplinar.

A metodologia utilizada é o *Balance Scorecard*, que é uma metodologia de medição e gestão de desempenho desenvolvida pelos professores da *Harvard Business School* (HBS) Robert Kaplan e David Norton, em 1992, hoje amplamente difundida no Brasil e no mundo.

Foram estabelecidos neste plano 10 (dez) objetivos estratégicos e 17 (dezesete) indicadores para a mensuração dos resultados, além das metas e das ações/projetos estratégicos.

A figura a seguir apresenta o novo mapa estratégico do TRE-AM.

FIGURA 3 – Mapa estratégico do TRE-AM



Fonte: Assessoria de Planejamento Estratégico – ASPLAN

No mapa estratégico, os objetivos são distribuídos em perspectivas e possuem relações de causa-efeito, ou seja, o alcance de determinados objetivos impactam positivamente outros objetivos. Essa relação acontece, geralmente, da base para o topo do mapa. Em tese, bons resultados nos objetivos em amarelo, levarão, naturalmente, ao alcance do objetivo em verde, no topo, fortemente vinculado à missão da justiça eleitoral que é:

"Garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia"

1.1 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS OBJETIVOS DO EXERCÍCIO

Abaixo apresentamos a descrição dos objetivos estratégicos do TRE-AM, ressaltando que não houve priorização de objetivos em particular para o exercício de 2016, estando todos eles, a priori, sujeitos a serem trabalhados.

- **Garantir a legitimidade do processo eleitoral e os direitos de cidadania e fortalecer a democracia:** ao cumprir sua missão institucional, realizando as eleições e decidindo sobre as demandas judiciais delas decorrentes, a justiça eleitoral brasileira atua na defesa de direitos civis e contribui para o fortalecimento da democracia.
- **Aprimorar o processo eleitoral e fortalecer sua segurança:** relaciona-se aos objetivos e iniciativas que visem garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança dos pleitos eleitorais, com utilização de tecnologias e com a melhoria de processos de trabalho.
- **Garantir celeridade e produtividade na prestação jurisdicional:** tem por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos servidores e magistrados.
- **Combater a corrupção e a improbidade administrativa:** refere-se ao conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à lisura nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa e à persecução dos crimes contra a administração pública e eleitorais, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos e de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.
- **Melhorar a acessibilidade na justiça eleitoral:** trata-se da implementação de medidas para a remoção de barreiras físicas, arquitetônicas, de comunicação e de atitudes, a fim de promover o acesso, amplo e irrestrito, com segurança e autonomia, de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida no âmbito da Justiça Eleitoral.
- **Racionalizar e tornar ágil o processo de contratação:** busca pela qualidade do processo de contratação, traduzida em racionalidade e agilidade, para que a administração possa contratar bons produtos e serviços, a baixo custo, e no tempo que permita sua utilização para o bom desempenho institucional.
- **Aprimorar a gestão de pessoas:** refere-se a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados; à valorização dos colaboradores; à humanização nas relações de trabalho; ao estabelecimento de sistemas de recompensas, à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho.

- **Promover a melhoria da governança e da gestão institucional:** diz respeito à formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e relevantes para o TRE-AM e seus clientes. Visa à eficiência operacional, à transparência institucional e à adoção das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão documental, da informação, de processos de trabalho, de projetos, de riscos e de controles internos.
- **Garantir as soluções de TIC demandadas:** garantia da confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos.
- **Aprimorar a gestão orçamentária e de custos:** refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.

Quanto as metas, estas foram estabelecidas para cada semestre e constam nas fichas dos seus respectivos indicadores.

A sistemática de mensuração dos objetivos será explicada mais adiante quando tratarmos do monitoramento da execução do plano estratégico no TRE-AM.

1.2 VINCULAÇÃO DOS PLANOS DA UNIDADE COM AS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E OUTROS PLANOS

Os principais balizadores para a definição do plano estratégico do TRE-AM foram:

- Diretrizes emanadas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE);
- Macroprocessos do TRE-AM (abordados na seção “Visão geral da Instituição”); e
- Macrodesafios do Poder Judiciário, definidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A declaração da missão do TRE-AM guarda simetria com a do TSE, em função da razão de existência da justiça eleitoral.

A vinculação dos macroprocessos com os objetivos estratégicos é facilmente percebida por meio dos temas “processo eleitoral” (eleições), “prestação jurisdicional” (judicância), “gestão de pessoas”, “tecnologia da informação e comunicação”, entre outros.

Em relação aos macrodesafios do poder judiciário, quais sejam: Efetividade na prestação jurisdicional; Garantia dos direitos de cidadania; Combate à corrupção e à improbidade administrativa; Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional; Adoção de soluções alternativas de conflito; Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes; Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas; Aprimoramento da gestão da justiça criminal; Fortalecimento da segurança do processo eleitoral; Melhoria da Gestão de Pessoas; Aperfeiçoamento da Gestão de Custos; Instituição da governança judiciária; Melhoria da

infraestrutura e governança de TIC, os temas aplicáveis à justiça eleitoral (sublinhados) foram devidamente convertidos em objetivos estratégicos.

Na ótica interna, o plano estratégico foi concebido de modo que outros planos táticos se acoplem para estendê-lo e detalhá-lo do nível estratégico em direção ao nível operacional. Por exemplo, o objetivo estratégico “Garantir as soluções de TIC demandadas” depende do plano estratégico de TIC, constituindo num resumo do alcance global deste último. Da mesma forma, o objetivo estratégico “Aprimorar a gestão de pessoas” depende de um plano específico da área de gestão de pessoas. Essa lógica foi aplicada na tentativa de garantir o melhor alinhamento possível entre um objetivo mais genérico e objetivos mais específicos.

2 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS

O esforço empregado na elaboração de um plano estratégico é significativo se considerarmos as atividades de estudo de metodologias, levantamento e análise de dados, definição de métricas, entre outras, mas não se compara às dificuldades e aos desafios para sua execução.

O processo de acompanhamento e monitoramento da estratégia encontra-se em fase de aprimoramento no TRE-AM. Para auxiliar no acompanhamento dos indicadores a área de planejamento estratégico desenvolveu planilhas onde as áreas responsáveis registram os dados das variáveis dos indicadores. Os arquivos ficam disponíveis na rede de computadores. As planilhas apresentam um painel de controle para comparação do desempenho com as metas estabelecidas. A partir destas planilhas é gerado um painel de controle consolidado que é disponibilizado na intranet do tribunal.

Os resultados dos indicadores são apresentados e discutidos periodicamente nas reuniões de análise da estratégia, no âmbito do Comitê de Governança e Gestão Institucional, que delibera sobre as ações necessárias.

Embora saibamos que estamos no caminho certo, temos ainda muita coisa a melhorar nesse processo, como, por exemplo, ajustar indicadores, tornar mais ativos os responsáveis pelos indicadores, aprimorar o gerenciamento dos projetos, fazer o tratamento de riscos e melhorar a comunicação.

Por enquanto há um consenso sobre manter ferramentas básicas e atividades simplificadas nesse processo de gestão estratégica. A partir do momento que percebermos uma maturidade adequada, buscaremos uma solução informatizada para o suporte a essas atividades.

A imagem abaixo mostra o painel de indicadores disponibilizado na intranet do tribunal.

FIGURA 4 – Painel de indicadores estratégicos do TRE-AM

Indicadores estratégicos		2016	
		1º Sem	Anual
IE-001: Índice de biometria do cadastro eleitoral do Amazonas Gestor: CRE	Meta (%)		56,8
	Resultado (%)		65,19 ▲
IE-002: Índice de cumprimento do tempo do processo no 1º grau Gestor: CRE	Meta (%)	70	70
	Resultado (%)	73,4 ▲	95,05 ▲
IE-003: Índice de cumprimento do tempo do processo no 2º grau Gestor: SID	Meta (%)	70	70
	Resultado (%)	38,96 ▼	87,63 ▲
IE-004: Índice de cumprimento do tempo dos processos prioritários no 1º grau Gestor: CRE	Meta (%)	95	95
	Resultado (%)	54,38 ▼	95,61 ▲
IE-005: Índice de cumprimento do tempo dos processos prioritários no 2º grau Gestor: SID	Meta (%)	95	95
	Resultado (%)	45,45 ▼	87,37 ▼
IE-006: Índice de execução de correções e inspeções Gestor: CRE	Meta (%)	60	100
	Resultado (%)	26,09 ▼	79,17 ▼
IE-007: Índice de execução de auditorias internas Gestor: CCI	Meta (%)	50	100
	Resultado (%)	100 ▲	25 ▼
IE-008: Índice de cumprimento das recomendações de órgãos de controle Gestor: CCI	Meta (%)	70	100
	Resultado (%)		
IE-009: Índice de processos disciplinares instaurados e conclusos no exercício Gestor: SGP	Meta (%)	70	100
	Resultado (%)		
IE-010: Índice de locais de votação urbanos com seções especiais Gestor: CRE	Meta (%)		10
	Resultado (%)		13,15 ▲
IE-011: Índice de cumprimento do tempo dos processos de contratação Gestor: SAO	Meta (%)	50	70
	Resultado (%)		
IE-012: Índice de aprimoramento da gestão de pessoas Gestor: SGP	Meta (%)		
	Resultado (%)	0 ▲	0 ▲
IE-013: Índice de implementação de mecanismos internos de governança e gestão Gestor: ASPLAN	Meta (%)	75	100
	Resultado (%)	50 ▼	100 ▲
IE-014: Índice de atendimento de demandas e desenvolvimento da área de TIC Gestor: STI	Meta (%)		
	Resultado (%)	0 ▲	0 ▲

Fonte: Assessoria de Planejamento Estratégico – ASPLAN

Alguns indicadores estão sendo modificados para adequá-los quanto à utilidade e facilidade de levantamento. Outros estão dependendo da conclusão de planos táticos, pelos quais terão seu desempenho aferidos.

3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

Em razão do TRE-AM não possuir ações da LOA vinculadas aos programas temáticos estabelecidos no PPA, tão pouco possuir Orçamento de Investimento (OI), seguindo as orientações do TCU, o item “Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade” não será tratado neste documento.

3.1 OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS SEM RESPECTIVO CRÉDITO AUTORIZADO NO ORÇAMENTO

3.1.1 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

QUADRO 4 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
211110101 Em 31/12/2016 – Novo PCASP- Plano de Contas Aplicado ao Setor Público		SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2016
070003	05.959.999/0001-14	R\$ 3.317.918,18	0,00	0,00	R\$ 3.317.918,18

Fonte: Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças – SAO

3.1.2 Análise crítica

O saldo de passivos mostrado no quadro acima está assim composto:

1. R\$1.345.248,73 (um milhão, trezentos e quarenta e cinco mil, duzentos e quarenta e oito reais e setenta e três centavos)

Trata-se do valor relativo a parcela de divisor de horas extras dos servidores (atualizado até março de 2014). Os documentos que deram origem a esse registro, conforme Orientação Nº 02/12-COFIC/TSE/DF:

- Informação n. 84/2012-SEPAG/SGP – Saldo final em 31/12/2013;
 - Processo Nº 2124/2012-SGP (SADP 45.897/2012) – Saldo final em 31/12/2013;
 - Processo Nº 113/2012-SGP (SADP 73.536/2012) – Saldo final em 31/12/2014;
 - Processo Nº 084/2013-SGP (SADP 70.389/2012) – Saldo final em 31/12/2014;
 - Processo Nº 190/2013-SGP (SADP 03.075/2013) – Saldo final em 31/12/2014;
 - Processo Nº 192/2013-SGP (SADP 03.080/2013) – Saldo final em 31/12/2014;
 - Processo Nº 324/2013-SGP (SADP 05.139/2013) – Saldo final em 31/12/2014.
2. 1.972.669,45 (um milhão, novecentos e setenta e dois mil, seiscentos e sessenta e nove reais e quarenta e cinco centavos).

Trata-se do valor relativo a parcelas de diferença de auxílio-alimentação dos servidores. Os documentos que deram origem a esse registro, conforme Orientação Nº 02/12-COFIC/TSE/DF; Documentos relacionados:

- Informação n. 90/2012-SEPAG/SGP;
- Processo n. 2064/2012-SGP (SADP 47.261/2012).

No ano de 2016 não houve liberação de orçamento pelo TSE para quitação da dívida, permanecendo o registro no SIAFI.

3.2 RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

3.2.1 Movimentação e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

QUADRO 5 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2016 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar em 31/12/2016 (d) = (a-b-c)	
2015	770.533,24	769.502,39	708,42	322,43	
2014	96.486,93	91.919,64	4.567,29	-	
2013	22.128,63	-	-	22.128,63	
2012	-	-	-	-	
2011	-	-	-	-	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2016 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar em 31/12/2016 (i)=(e-g-h)
2015	11.831.737,94	11.027.106,87	11.027.106,87	549.535,93	255.095,14
2014	5.877.175,97	3.205.632,60	3.205.632,60	478.145,35	2.193.398,02
2013	352.076,60	322.965,27	322.965,27	29.111,33	-
2012	-	-	-	-	-
2011	63.832,57	-	-	453,30	63.379,27

Fonte: Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças – SAO

3.2.2 Análise crítica

O quadro de execução de Restos a Pagar no ano de 2016 refletiu os impactos da Emenda Constitucional nº 95, limitadora dos gastos público, cujos valores inscritos em Restos a Pagar impactariam no limite de gastos para o ano de 2017. Logo, o TRE-AM, assim como toda justiça eleitoral, envidou esforços para realizar os pagamentos bem como proceder aos cancelamentos de valores não devidos, conseguindo assim um elevado percentual de execução do orçamento,

de 97,48% para o RP processado e de 86,15% para o RP não processado. Tal esforço contribuiu para a ótima execução orçamentária de toda justiça eleitoral, segundo informado pela setorial orçamentária do TSE.

Os saldos ainda pendentes de execução são pontuais, a saber:

- **RP processado – ano 2015:** R\$ 322,43, referente a pendências contábeis em tratativas já com a setorial contábil do TSE para a regularização em 2017;
- **RP processado – ano 2013:** R\$ 22.128,63, refere-se ao valor pendente da construção do Cartório Eleitoral de Juruá, que ainda está em processo de análise se o valor será devido ou não à Construtora PROENG CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO, a previsão para julgamento do recurso administrativo é ainda no primeiro semestre de 2017.
- **RP não processado – ano 2015:** R\$ 255.095,14, referente ao saldo não utilizado do convênio com a AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO (ADES), celebrado para fins do cadastramento biométrico na cidade de Manaus, cuja fase está em prestação de contas, a qual será encerrada no ano de 2017, com o cancelamento do saldo inscrito em Restos a Pagar; R\$ 2.193.398,02, referente ao saldo da obra da construção do estacionamento do TRE-AM, cuja inauguração ocorrerá em meados de abril de 2017. A obra teve início apenas em 2016 em razão de problemas relacionados às licenças ambientais e administrativas.

Ao final, vê-se que o TRE-AM teve uma boa gestão de Restos a Pagar, não havendo no SIAFI registros de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores ao exercício de referência do relatório de gestão sem a devida prorrogação de sua vigência.

3.3 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS

3.3.1 Despesas por modalidade de contratação

QUADRO 6 – Despesas por modalidade de contratação

Unidade Orçamentária :		Código UO: 14104		UGO: 070003				
Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	18.602.238	12,98	20.252.157	17,09	18.294.491	12,84	11.647.667	11
a) Convite	-		-		-		-	
b) Tomada de Preços	-		42.658	0,03	-		-	
c) Concorrência	-		4.958.335	4,18	-		2.816.505	2,66
d) Pregão	18.602.238	12,98	15.251.164	12,87	18.294.491	12,84	8.831.161	8,34
e) Concurso	-		-		-		-	
f) Consulta	-		-		-		-	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-		-		-		-	
2. Contratações Diretas (h+i)	5.457.974	3,8	3.565.427	3,00	5.414.590	3,8	3.156.756	2,98
h) Dispensa	4.361.786	3,04	2.659.017	2,24	4.350.982	3,05	2.430.607	2,29
i) Inexigibilidade	1.096.188	0,76	906.410	0,76	1.063.608	0,75	726.148	0,69
3. Regime de Execução Especial	2.191.197	1,52	141.717	0,11	2.191.197	1,53	141.717	0,13
j) Suprimento de Fundos	2.191.197	1,52	141.717	0,11	2.191.197	1,53	141.717	0,13
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	108.308.992	75,54	85.514.483	72,17	108.039.825	75,82	82.639.852	78,05
k) Pagamento em Folha ³	104.449.710	72,85	84.128.790	71,0	104.180.543	73,11	81.254.159	76,74
l) Diárias	3.859.282	2,69	1.385.693	1,17	3.859.282	2,71	1.385.693	1,31
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	134.560.401	93,86	109.473.784	92,4	133.940.103	94,0	97.585.992	92,17
6. Total das Despesas da UPC	143.363.946	100	118.475.555	100	142.483.946	100	105.873.284	100

Fonte: Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças – SAO

³ Dados filtrados por meio do Grupo de Natureza de Despesa “1 – Pessoal”.

3.3.2 Despesas por grupo e elemento de despesa

QUADRO 7 – Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária : Código UO: 14104 UGO: 070003								
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
11 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	67.348.984	59.987.525	67.348.984	59.971.095	-	16.429	67.181.972	59.281.705
13 - Obrigações patronais	10.661.565	9.062.922	10.661.565	9.062.922	-	-	10.661.565	9.062.922
01 - Aposent. RPPS, reser. remuner. e refor. militar	5.394.996	4.635.048	5.394.996	4.635.048	-	-	5.391.656	4.592.249
Demais elementos do grupo	21.044.165	10.443.295	20.947.010	8.324.154	97.155	2.119.140	20.945.350	8.317.283
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
39 - Outros serviços de terceiros - PJ	14.587.325	14.676.959	14.281.134	10.767.938	306.191	3.909.021	14.281.134	10.767.734
33 - Passagens e despesas com locomoção	6.335.960	2.130.522	6.335.960	1.982.536	-	147.985	6.335.960	1.982.536
46 - Auxílio - alimentação	3.871.978	3.240.758	3.871.978	3.240.758	-	-	3.871.978	3.240.758
Demais elementos do grupo	12.101.537	6.722.516	11.974.088	5.712.410	127.449	1.010.105	11.974.088	5.681.416
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
39 - Outros serviços de terceiros - PJ	1.010.424	1.486.214	1.010.424	-	-	1.486.213	1.010.424	-
52 - Equipamento e material permanente	1.004.424	5.092.211	827.231	1.949.370	177.193	3.142.840	827.231	1.949.095
51 - Obras e instalações	2.587	997.587	2.587	997.587	-	-	2.587	997.587
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças – SAO

3.3.3 Análise crítica

3.3.3.1 Alterações significativas ocorridas no exercício

Nota-se que no ano de 2015, houve despesa executada na modalidade “Concorrência” relativo aos aditivos da obra de reforma e ampliação do edifício-sede do TRE-AM, inaugurado nesse mesmo ano, não havendo em 2016, nenhuma obra de grande porte do Tribunal.

Ressalta-se ainda, na Despesa Paga, ano de 2016, que o percentual de 12,84%, refletiu o esforço do TRE-AM em realizar o pagamento de quase totalidade dos valores empenhados, de forma a não impactar o limite de pagamento do ano de 2017, por força da entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 95, limitadora dos gastos públicos.

Outro ponto a considerar é que no ano de 2016, por força das Eleições Municipais, tem-se alterações significativas nos valores empenhados, principalmente relativos a contratações por Suprimento de Fundos, haja vista que os gastos de alimentação e transporte para as Zonas Eleitorais do Interior são viabilizados por meio de concessão de suprimento de fundos aos Chefes de Cartórios e Juízes Eleitorais, por não ser viável outro meio de contratação. Outra despesa que há impacto é com relação à diárias, concedidas para servidores e colaboradores para atuarem nas Eleições.

3.3.3.2 Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade

Percebe-se um ligeiro aumento nas contratações por via “Dispensa de Licitação”, ano 2015/2016, concentrado na despesa de energia elétrica. Em face da inauguração do edifício-sede no final de 2015, o Tribunal voltou a pagar o próprio consumo de energia elétrica, despesa não paga durante o período em que ficou no imóvel alugado, que era por conta do locador. Tal contratação dá-se pela modalidade de dispensa de licitação.

3.3.3.3 Contingenciamento no exercício

Não houve contingenciamento orçamentário no período 2015/2016.

3.3.3.4 Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária

Por força da Emenda Constitucional nº 95, limitadora dos gastos públicos, o TRE-AM envidou esforços para executar quase a totalidade dos valores empenhados, contribuindo para o sucesso do alcance da meta da Justiça Eleitoral. A atuação dos fiscais de contratos, a agilidade e eficiência da área de orçamento e finanças do TRE-AM, bem como a atuação dos gestores, foram fundamentais para o alcance da meta.

4 DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1 PROGRAMA DE IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA DO ELEITOR

Em maio de 2016 o TRE-AM concluiu a revisão eleitoral dos municípios de Manaus, Autazes e Careiro, atividade que começou com o recadastramento dos eleitores em novembro de 2014. Essa ação culminou no recadastramento de cerca de 1,33 milhão de eleitores e elevou de 10 para 65% a proporção do cadastro eleitoral com dados biométricos no Estado. O Programa de Identificação Biométrica no Amazonas alcançou, até o momento, o eleitorado de 9 dos 62 municípios do Amazonas.

4.2 ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2016

Mais uma vez o TRE-AM realizou com êxito as eleições, onde foram eleitos prefeitos e vereadores dos municípios amazonenses. O êxito está essencialmente em garantir a segurança e a legitimidade do processo eleitoral. Os desafios para a realização de eleições na região amazônica são muitos, dadas as dimensões geográficas e as características regionais. Os principais desafios encontrados referem-se à logística para levar as urnas às comunidades ribeirinhas espalhadas na floresta, a maioria acessíveis por meio fluvial e, algumas, apenas por modal aéreo, como as comunidades indígenas do Vale do Javari.

Em torno de 10 mil processos de registro de candidatos foram processados e julgados pelos juízes eleitorais de primeira instância, além dos processos de prestação de contas de eleitos e suplentes, bem como outras demandas decorrentes da disputa eleitoral. Ao todo, o TRE-AM recebeu algo em torno de 27.300 (vinte e sete mil e trezentos) processos em 2016.

As Eleições Municipais no Amazonas custaram o montante de R\$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais), sendo, aproximadamente, R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) aplicados em Pessoal e Encargos Sociais e R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) em Outras Despesas Correntes.

4.3 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO – PJe

Em abril de 2016 o PJe foi regulamentado e entrou em operação na segunda instância do tribunal. Até então, apenas os tribunais eleitorais do Rio Grande do Sul e de Goiás haviam implantado o sistema. Em seguida ao TRE-AM, os TREs de Tocantins e da Paraíba também o implantaram. A implantação do PJe na primeira instância da justiça eleitoral do Amazonas está prevista para o segundo semestre de 2017. O PJe representa a automação da atividade judicante. Além de promover a racionalização do processo, agregará muito valor aos serviços prestados pela justiça eleitoral, em transparência, celeridade e acessibilidade, por exemplo.

4.4 RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE ÀS METAS ANUAIS ESTABELECIDAS PARA O PODER JUDICIÁRIO

Anualmente, mediado pelo CNJ, os presidentes dos tribunais definem metas para o Poder Judiciário. Em 2016 a justiça eleitoral teve as denominadas Meta 1 e Meta 2 para cumprir. Ambas as metas têm foco na atividade judicante.

Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.”

Meta 2: “Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2014.”

4.4.1 Meta 1 – Resultados

O TRE-AM obteve percentual de cumprimento de 78,93% na Meta 1. O desempenho do 1º e do 2º graus, respectivamente, corresponderam a 77,6% e 112,92%. O não atingimento da meta no 1º grau pode ser explicado pelo grande número de processos que foram recebidos nas zonas eleitorais em razão das eleições municipais. Em ano de eleições municipais os juízes eleitorais de 1ª instância acumulam uma grande carga de trabalho. Quanto ao 2º grau, a meta foi superada em quase 13 (treze) pontos percentuais, indicando que houve queda do acervo de processos naquela instância.

Os dados apresentados acima foram extraídos do Relatório publicado pelo CNJ no endereço: <http://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/metas/metas-2016>, gerado em 24/02/2017.

4.4.2 Meta 2 – Resultados

O TRE-AM obteve percentual de cumprimento de 84,01% na Meta 2. O desempenho do 1º e do 2º graus, respectivamente, corresponderam a 76,59% e 105,94%. A mesma justificativa do não atingimento da Meta 1 no 1º grau se aplica à Meta 2. Quanto ao 2º grau, a meta foi superada em quase 6 (seis) pontos percentuais, indicando que não há mais processos tramitando na 2ª instância cuja distribuição seja anterior à data de 31/12/2014.

Os dados apresentados acima foram extraídos do Relatório publicado pelo CNJ no endereço: <http://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/metas/metas-2016>, gerado em 24/02/2017.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

5.1 DETALHAMENTO DOS INDICADORES DO PLANO ESTRATÉGICO 2016-2021

Apresenta-se abaixo o detalhamento dos 17 (dezessete) indicadores estratégicos consignados no Plano Estratégico 2016-2021 do TRE-AM.

5.1.1 Índice de desempenho institucional (IE-000)

Indicador	Índice de desempenho institucional (IE-000)						
Objetivo estratégico	Garantir a legitimidade do processo eleitoral e os direitos de cidadania e fortalecer a democracia						
Polaridade (+ ou -)	Quanto maior, melhor						
O que se mede (finalidade)	O desempenho institucional do TRE-AM, numa escala de 0 a 100%, obtido por meio do somatório ponderado dos resultados dos demais indicadores estratégicos.						
Por que medir (justificativa)	Verificar a capacidade do TRE-AM em alcançar as metas definidas no Plano Estratégico.						
Quem (responsável)	ASPLAN						
Quando (frequência)	Anualmente						
Como medir (fórmula)	Fórmula de cálculo:						
	$IE-000 = \sum_{i=01}^{16} (RIE-0i \div m_{IE-0i} \times p_{IE-0i})$						
	Variáveis: RIE-0i : Resultado de indicador, onde i representa a sequência de 01 a 16 (primeiro ao último indicador) m_{IE-0i} : Meta definida para o respectivo indicador no período p_{IE-0i} : Peso do indicador respectivo						
Onde (fonte dos dados)	Registro dos resultados dos Indicadores						
Metas	Base	2016	2017	2018	2019	2020	2021
	Inexistente	90%	92%	94%	96%	98%	100%
Resultados Medidos		Impossibilidade de medição	-	-	-	-	-

Resultados: Tendo em vista que o indicador acima representa o somatório do desempenho de todos os demais indicadores dentre os quais alguns não puderam ser medidos, o resultado deste indicador ficou comprometido.

5.1.2 Índice de biometria do cadastro eleitoral do Amazonas (IE-001)

Indicador	Índice de biometria do cadastro eleitoral do Amazonas (IE-001)	
Objetivo estratégico	Aprimorar o processo eleitoral e fortalecer sua segurança	
Peso	Peso no Objetivo Estratégico: 100	Peso no Índice de Desempenho Institucional: 15
Polaridade (+ ou -)	Quanto maior, melhor	
O que se mede (finalidade)	O percentual de eleitores com dados biométricos coletados no Estado	
Por que medir (justificativa)	Verificar o avanço do Programa de Identificação Biométrica do Eleitor no Amazonas	
Quem (responsável)	STI	
Quando (frequência)	Anualmente (no final de dezembro, de modo a coincidir com o prazo limite para aplicação das provisões orçamentárias recebidas no exercício)	
Como medir (fórmula)	Fórmula de cálculo:	
	$IE-001 = ECB \div TEA \times 100$	
	Variáveis: ECB : Eleitores com Cadastro Biométrico TEA : Total de Eleitores Aptos	
Onde	Sistema ELO	

(fonte dos dados)							
	Base (2015)	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Metas	42%	56,80%	58,10%	59,00%	61,50%	62,80%	64,50%
Resultados Medidos		65,19%	-	-	-	-	-

Resultados: O desempenho deste indicador foi além do esperado, garantido pelo ótimo trabalho realizado pela justiça eleitoral no Amazonas entre a reabertura do cadastro eleitoral, no final de 2014 e maio de 2016. Nesse período foram recadastrados mais de um milhão e trezentos mil eleitores, alcançando quase a totalidade do eleitorado da região metropolitana de Manaus (dez dos treze municípios). O Programa de Identificação Biométrica do Eleitor aprimora a segurança do processo eleitoral.

5.1.3 Índice de cumprimento do tempo do processo no 1º grau (IE-002)

Indicador	Índice de cumprimento do tempo do processo no 1º grau (IE-002)												
Objetivo estratégico	Garantir celeridade e produtividade na prestação jurisdicional												
Peso	Peso no Objetivo Estratégico: 50						Peso no Índice de Desempenho Institucional: 7						
Polaridade (+ ou -)	Quanto maior, melhor												
O que se mede (finalidade)	O grau de cumprimento do tempo de duração dos processos julgados durante o ano-base, decorrido entre a data do protocolo e a data da decisão, conforme parâmetros de tempo estabelecidos para cada classe processual no 1º grau												
Por que medir (justificativa)	Verificar se o tempo médio de duração dos processos no 1º grau está dentro do razoável												
Quem (responsável)	CRE												
Quando (frequência)	Semestralmente (de acordo com o Justiça em Números)												
Como medir (fórmula)	Fórmula de cálculo: <div>IE-002 = PJPR ÷ PJP x 100</div> Variáveis: PJPR: Processos Julgados no Prazo Razoável PJP: Processos Julgados no Período Observações: 1. Para cada classe processual será definido um tempo razoável de tramitação no 1º grau. Este trabalho será conduzido pelos técnicos da Corregedoria. 2. A varável PJPR é o somatório de processos julgados dentro do prazo para cada classe processual.												
	Onde (fonte dos dados)												
	Base de dados dos sistemas SADP e PJe												
	Obter os percentuais de processos julgados dentro do prazo razoável, conforme definidos abaixo												
Metas	O primeiro valor refere-se ao desempenho esperado no primeiro semestre e o segundo refere-se ao valor acumulado no exercício												
Resultados Medidos	73,4%		95,05%		-	-	-	-	-	-	-	-	-

Resultados: As metas deste indicador foram arbitradas em razão da falta de uma base histórica, todavia, mostrou-se bem razoável a partir da primeira medição. Tanto a meta do primeiro semestre quanto a meta anual foram superadas. Precisamos aguardar o comportamento do indicador em 2017 para termos uma percepção mais acurada. Não obstante, a Corregedoria tem atuado em algumas iniciativas importantes para a melhoria do desempenho das zonas eleitorais. Os resultados disponíveis mostram que a maior parte dos processos têm sido julgados no prazo razoável de um ano, conforme prescreve a legislação.

5.1.4 Índice de cumprimento do tempo do processo no 2º grau (IE-003)

[illegible]

Resultados: As medições do primeiro semestre evidenciam que a maior parte dos processos julgados neste período demoraram mais tempo do que deveriam. O resultado acumulado no ano, entretanto, mostra uma recuperação importante. Por se tratar de um ano eleitoral, um maior volume de processos são julgados no segundo semestre. O desempenho acumulado no ano foi satisfatório, superando a meta estabelecida em pouco mais de 17 pontos percentuais. A partir dos resultados de 2017 avaliaremos a necessidade de adequação das metas.

5.1.5 Índice de cumprimento do tempo dos processos prioritários no 1º grau (IE-004)

Indicador	Índice de cumprimento do tempo dos processos prioritários no 1º grau (IE-004)	
Objetivo estratégico	Combater a corrupção e a improbidade administrativa	
Peso	Peso no Objetivo Estratégico: 25	Peso no Índice de Desempenho Institucional: 3
Polaridade (+ ou -)	Quanto maior, melhor	
O que se mede (finalidade)	O grau de cumprimento do tempo de duração dos processos prioritários julgados durante o ano-base, decorrido entre a data do protocolo e a data da decisão, conforme parâmetros de tempo estabelecidos para cada classe processual no primeiro grau	
Por que medir (justificativa)	Verificar se o tempo médio de duração dos processos prioritários no 1º grau está dentro do razoável	
Quem (responsável)	CRE	
Quando (frequência)	Semestralmente (de acordo com o Justiça em Números)	

[illegible]

Resultados: Processos prioritários são aqueles que implicam na cassação de mandato eletivo ou na não diplomação de candidato eleito. Quanto mais tempo o judiciário demora na análise desse tipo de demanda, menos a justiça é garantida aos cidadãos impactados. O resultado do indicador mostra que a maior parte dos processos foram julgados dentro do prazo razoável. Vamos avaliar a possibilidade de aumentar a meta para os próximos exercícios.

5.1.6 Índice de cumprimento do tempo dos processos prioritários no 2º grau (IE-005)

Indicador	Índice de cumprimento do tempo dos processos prioritários no 2º grau (IE-005)												
Objetivo estratégico	Combater a corrupção e a improbidade administrativa												
Peso	Peso no Objetivo Estratégico: 25							Peso no Índice de Desempenho Institucional: 3					
Polaridade (+ ou -)	Quanto maior, melhor												
O que se mede (finalidade)	O grau de cumprimento do tempo de duração dos processos prioritários julgados durante o ano-base, decorrido entre a data do protocolo e a data da decisão, conforme parâmetros de tempo estabelecidos para cada classe processual no 2º grau												
Por que medir (justificativa)	Verificar se o tempo médio de duração dos processos prioritários no 2º grau está dentro do razoável												
Quem (responsável)	SJD												
Quando (frequência)	Semestralmente (de acordo com o Justiça em Números)												
Como medir (fórmula)	<u>Fórmula de cálculo:</u> $\text{IE-005} = \text{PPJPR} \div \text{PPJP} \times 100$												
	<u>Variáveis:</u> PPJPR: Processos Prioritários Julgados no Prazo Razoável PPJP: Processos Prioritários Julgados no Período												
	<u>Observações:</u> 1. Serão definidas as classes referentes aos processos prioritários e, para cada classe processual será definido um tempo razoável de tramitação, distinguindo-se entre os processos originários e os recursos. Este trabalho será conduzido pelos técnicos da Secretaria Judiciária. 2. Consideram-se processos prioritários aqueles ensejadores de perda de mandato eletivo. 3. A variável PPJPR é o somatório de processos prioritários julgados dentro do prazo para cada classe processual.												
Onde (fonte dos dados)	Base de dados dos sistemas SADP e PJe												
Metas	Obter os percentuais de processos prioritários julgados dentro do prazo razoável, conforme definidos abaixo												
	Base	2016		2017		2018		2019		2020		2021	
	Desconhecida	95%	95%	95%	95%	95%	95%	95%	95%	95%	95%	95%	95%
	O primeiro valor refere-se ao desempenho esperado no primeiro semestre e o segundo refere-se ao valor acumulado no exercício												

Resultados: O resultado do indicador acima foi prejudicado, principalmente pelo processo eleitoral, uma vez que os servidores do Controle Interno participaram ativamente da comissão de carga e lacre de urna, e ainda, por causa da análise dos processos de prestação de contas dos candidatos eleitos e suplentes.

Indicador	Índice de cumprimento das recomendações de órgãos de controle (IE-008)
-----------	---

Indicador	Índice de cumprimento das recomendações de órgãos de controle (IE-008)													
Objetivo estratégico	Combater a corrupção e a improbidade administrativa													
Peso	Peso no Objetivo Estratégico: 10								Peso no Índice de Desempenho Institucional: 1					
Polaridade (+ ou -)	Quanto maior, melhor													
O que se mede (finalidade)	O grau de cumprimento das recomendações emitidas pelos órgãos de controle (TCU e CCI) no exercício													
Por que medir (justificativa)	Verificar a atenção dada pelos gestores às recomendações emitidas pelos órgãos de controle													
Quem (responsável)	CCI													
Quando (frequência)	Semestralmente													
Como medir (fórmula)	Fórmula de cálculo: <div>IE-008 = (RTCUA + RCCIA) ÷ (RTCUE + RCCIE) x 100</div>													
	Variáveis:													
	RTCUA: Recomendações do Tribunal de Contas da União Atendidas													
	RCCIA: Recomendações da Coordenadoria de Controle Interno Atendidas													
	RTCUE: Recomendações do Tribunal de Contas da União Emitidas													
Onde (fonte dos dados)	RCCIE: Recomendações da Coordenadoria de Controle Interno Emitidas													
	Controles internos da CCI													
Meta	Cumprir todas as recomendações dos órgãos de controle emitidas no exercício													
	Base (2014)		2016		2017		2018		2019		2020		2021	
	100% (3/3)		70%	100%	70%	100%	70%	100%	70%	100%	70%	100%	70%	100%
	O primeiro valor refere-se ao desempenho esperado no primeiro semestre e o segundo refere-se ao valor acumulado no													

[illegible]

5.1.10 Índice de processos disciplinares instaurados e conclusos no exercício (IE-009)

Resultados: Indicador não foi mensurado.

Indicador	Índice de locais de votação urbanos com seções especiais (IE-010)	
Objetivo estratégico	Melhorar a acessibilidade na justiça eleitoral	
Peso	Peso no Objetivo Estratégico: 100	Peso no Índice de Desempenho Institucional: 10
Polaridade (+ ou -)	Quanto maior, melhor	
O que se mede (finalidade)	O percentual de locais de votação com seções especiais disponíveis aos eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida	
Por que medir (justificativa)	Verificar a atenção dispensada pelos cartórios eleitorais à acessibilidade dos eleitores nos locais de votação (Resoluções TSE nº 21.008 e 23.381)	
Quem	CRE	

Resultados: A meta inicialmente definida mostrou-se factível, mesmo sem uma linha de base conhecida. O resultado do indicador superou a meta em 3 pontos percentuais, sendo considerado satisfatório. Todavia, as metas predefinidas para os demais anos mostram-se de difícil cumprimento, uma vez que a justiça eleitoral depende das edificações públicas para uso como locais de votação e, nem sempre essas edificações atendem aos requisitos de acessibilidade.

5.1.12 Índice de cumprimento do tempo dos processos de contratação (IE-011)

[illegible]

Resultados: Indicador não foi mensurado.

5.1.13 Índice de aprimoramento da gestão de pessoas (IE-012)

Indicador	Índice de aprimoramento da gestão de pessoas (IE-012)		
Objetivo estratégico	Aprimorar a gestão de pessoas		
Peso	Peso no Objetivo Estratégico: 100	Peso no Índice de Desempenho Institucional: 10	

Este indicador será detalhado no Plano Estratégico de Gestão de Pessoas, cujo desenvolvimento está em curso.

Resultados: Indicador não foi mensurado.

5.1.14 Índice de implementação de mecanismos internos de governança e gestão (IE-013)

Indicador	Índice de implementação de mecanismos internos de governança e gestão (IE-013)													
Objetivo estratégico	Promover a melhoria da governança e da gestão institucional													
Peso	Peso no Objetivo Estratégico: 100							Peso no Índice de Desempenho Institucional: 10						
Polaridade (+ ou -)	Quanto maior, melhor													
O que se mede (finalidade)	A quantidade de processos classificados como mecanismos de governança ou de gestão implantados em relação ao total de mecanismos relacionados para implantação													
Por que medir (justificativa)	Verificar o grau de adoção de processos de apoio à governança e a gestão													
Quem (responsável)	ASPLAN													
Quando (frequência)	Semestralmente													
Como medir (fórmula)	<u>Fórmula de cálculo:</u>													
	IE-013 = NMIGGI ÷ NMGGRI x 100													
	<u>Variáveis:</u>													
	NMIGGI: Número de Mecanismos Internos de Governança e Gestão Implantados													
	NMGGRI: Número de Mecanismos de Governança e Gestão Relacionados para Implantação													
	<u>Observações:</u>													
Onde (fonte dos dados)	1. Consideram-se mecanismos de governança e gestão os processos relacionados aos temas: I - Comitê de Governança e Gestão; II - Estrutura Organizacional; III - Gestão Estratégica; IV - Gestão Orçamentária; V - Gerenciamento de Projetos; VI - Gestão de Processos e Qualidade; VII - Gestão de Riscos e Controles Internos; VIII - Planejamento de Eleições; IX - Governança de TIC; X - Segurança da Informação; XI - Governança de Aquisições; XII - Governança de Pessoal; XIII - Código de Ética; XIV - Auditoria Interna; XV - Inspeções e Correições.													
	2. Consideram-se implantados os mecanismos de governança e gestão normatizados ou cujos processos tenham sido efetivamente mapeados e/ou modelados.													
Metas	Escritório de processos (ASPLAN)													
	Implementar mecanismos internos de governança e gestão, nos quantitativos abaixo discriminados													
	Base (2015)		2016		2017		2018		2019		2020		2021	
	(2)	75%	(4) 100%	50%	(7) 100%	75%	(1) 100%	50%	(1) 100%	-	-	-	-	
	O primeiro percentual refere-se ao desempenho esperado no primeiro semestre e o segundo refere-se ao valor acumulado no exercício. O valor entre parênteses refere-se ao quantitativo de mecanismos a implementar.													
Base: Código de Ética e Plano Estratégico.														
Resultados Medidos		50%	100%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Resultados: Em 2016 foram desenvolvidas quatro ações consideradas como mecanismos importantes para impulsionar a governança e a melhoria da gestão: aprovação do plano estratégico 2016-2021; instituição do Comitê de Governança e Gestão Institucional (CGGI); modelagem do

processo de gestão dos indicadores estratégicos; e sistematização da coleta de dados dos indicadores. Assim, a meta foi devidamente cumprida.

5.1.15 Índice de atendimento de demandas e desenvolvimento da área de TIC (IE-014)

Indicador	Índice de atendimento de demandas e desenvolvimento da área de TIC (IE-014)	
Objetivo estratégico	Garantir as soluções de TIC demandadas	
Peso	Peso no Objetivo Estratégico: 100	Peso no Índice de Desempenho Institucional: 10

Este indicador será detalhado no Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação – PETIC, cujo desenvolvimento está em curso.

Resultados: Indicador não foi mensurado.

5.1.16 Aderência da execução ao planejamento orçamentário (IE-015)

Indicador	Aderência da execução ao planejamento orçamentário (IE-015)													
Objetivo estratégico	Aprimorar a gestão orçamentária e de custos													
Peso	Peso no Objetivo Estratégico: 50							Peso no Índice de Desempenho Institucional: 5						
Polaridade (+ ou -)	Quanto maior, melhor													
O que se mede (finalidade)	O percentual dos recursos orçamentários aplicados conforme planejados													
Por que medir (justificativa)	Verificar a qualidade do planejamento orçamentário													
Quem (responsável)	COF													
Quando (frequência)	Semestralmente													
Como medir (fórmula)	Fórmula de cálculo:													
	IE-015 = EP ÷ PS x 100													
	Variáveis:													
	EP: Execução Planejada													
	PST: Planejado-Sigepro													
Onde (fonte dos dados)	Observações:													
	1. Serão consideradas nos cálculos as despesas classificadas como Outros Custeio e Capital – OCC, exceto Benefícios, ações nacionais (Pleitos Eleitorais, Implantação do Sistema de Automação e Identificação do Eleitor – Biometria) e Concursos Públicos (Fonte 150). Os cálculos serão efetuados por PI (Plano Interno), conforme passo-a-passo fornecido pela SEGEIN/COPOR/SOF/TSE.													
	2. Serão considerados os dados do SIGEPRO após o fechamento da proposta orçamentária no sistema.													
	3. Os resultados deverão ser apresentados segmentados por Ação Orçamentária, também.													
	Sistemas SIGEPRO, SIAFI e Tesouro Gerencial													
Metas	Alcançar a aderência da execução ao planejamento orçamentário, nos percentuais abaixo definidos													
	Base (2014)		2016		2017		2018		2019		2020		2021	
	74,5%		38%		76%		38%		77%		39%		78%	
	39%		79%		40%		80%		40%		81%			
	O primeiro valor refere-se ao desempenho esperado no primeiro semestre e o segundo refere-se ao valor acumulado no exercício.													
Resultados Medidos			75,78%		78,65%		-		-		-		-	

Resultados: O indicador de aderência ao planejamento orçamentário mostra uma melhora do desempenho do TRE-AM em relação à linha de base. O resultado superou em mais de 2,5 pontos percentuais a meta estabelecida para 2016. É um indicativo de que o planejamento orçamentário daquele exercício teve um incremento de qualidade.

5.1.17 Perdas orçamentárias (IE-016)

Indicador	Perdas orçamentárias (IE-016)													
Objetivo estratégico	Aprimorar a gestão orçamentária e de custos													
Peso	Peso no Objetivo Estratégico: 50								Peso no Índice de Desempenho Institucional: 5					
Polaridade (+ ou -)	Quanto menor, melhor													
O que se mede (finalidade)	Relação entre o valor não executado e o orçamento autorizado, considerando o orçamento unificado (exercício corrente e restos a pagar não processados).													
Por que medir (justificativa)	Verificar a capacidade de execução do orçamento													
Quem (responsável)	COF													
Quando (frequência)	Semestralmente													
Como medir (fórmula)	Fórmula de cálculo: $(ONE + RPNPP) \div (OA + RPNPI) \times 100$													
	Variáveis: ONE: Orçamento Não Empenhado RPNPP: Restos a Pagar Não Processados a Pagar OA: Orçamento Autorizado RPNPI: Restos a Pagar Não Processados Inscritos													
	Observações: 1. Serão consideradas nos cálculos as despesas classificadas como Outros Custeio e Capital – OCC, exceto Benefícios e Concursos Públicos (Fonte 150). 2. Os resultados deverão ser apresentados segmentados por Ação Orçamentária, também. 3. Para composição do Índice de Desempenho Institucional (IE-000), o indicador Perdas Orçamentárias deverá sofrer inversão por meio da fórmula abaixo (tornando-se, na verdade, um índice de execução do orçamento):													
	$IE-016 = (1 - (ONE + RPNPP) \div (OA + RPNPI)) \times 100$													
Onde (fonte dos dados)	Sistemas SIGEPRO, SIAFI e Tesouro Gerencial													
Metas	Executar o orçamento nos percentuais abaixo definidos													
	Base (2014)		2016		2017		2018		2019		2020		2021	
	90,2%		40%	97%	42%	98,8%	44%	98,9%	46%	99,0%	48%	99,1%	50%	99,2%
	O primeiro valor refere-se ao desempenho esperado no primeiro semestre e o segundo refere-se ao valor acumulado no exercício.													
Resultados Medidos			82,05%	98,03%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Resultados: O resultado do indicador de perdas orçamentárias está apresentado de forma invertida, ou seja, na verdade representa o grau de execução do orçamento. Essa inversão se dá para possibilitar a medição do indicador IE-000 (Índice de Desempenho Institucional), que representa o grau de cumprimento de todas as metas, considerando todos os indicadores do plano estratégico. A meta anual para 2016 foi superada em pouco mais de um ponto percentual. Esse resultado demonstra uma ótima gestão do orçamento naquele exercício, que colocou o TRE-AM em 4º lugar na justiça eleitoral no que tange à aplicação do orçamento.

Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos

Nesta seção são apresentadas informações sobre governança no âmbito do TRE-AM. Estas informações encontram-se organizadas nos seguintes tópicos:

- DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA
- INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADOS
- ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA
- ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS
- GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Em 2016 o TRE-AM melhorou sua estrutura de governança. Essa melhoria começou com a aprovação da Portaria nº 684/2016, que instituiu o Comitê de Governança e Gestão Institucional (CGGI). Durante o exercício foram realizadas 5 (cinco) reuniões onde foram tratados vários temas institucionais.

1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

1.1 COMITÊ DE GOVERNANÇA E GESTÃO INSTITUCIONAL (CGGI)

O CGGI tem natureza deliberativa e é composto pelos principais gestores, a saber:

- Presidente do TRE-AM;
- Vice-Presidente;
- Um Juiz eleitoral;
- Um Chefe de Cartório;
- Diretor Geral;
- Secretário de Administração, Orçamento e Finanças;
- Secretário Judiciária;
- Secretário de Tecnologia da Informação;
- Secretária de Gestão de Pessoas;
- Coordenador de Controle Interno;
- Coordenador de Supervisão e Orientação;
- Assessor de Planejamento Estratégico; e
- Assessor de Comunicação.

Os temas deliberados no âmbito do CGGI são assuntos de interesse institucional, como: a) estratégia, processos e projetos; b) pessoas e capacitação; c) tecnologia; d) orçamento; e) eleições; f) comunicação; g) riscos; h) aquisições e contratos; i) acessibilidade; e j) sustentabilidade.

As decisões relativas à cada assunto tratado são transformadas em ações mais objetivas e registradas em ata antes de serem direcionadas às demais instâncias administrativas, sempre acompanhadas dos responsáveis e de prazos estabelecidos. Além disso, o CGGI mantém o acompanhamento das suas deliberações, buscando maior efetividade de sua atuação.

1.2 OUTROS COMITÊS E COMISSÕES PERMANENTES

- **Comitê de Gestão do Conteúdo** – instituído pela Portaria 185/2012, é responsável pelos padrões de conteúdo a serem disponibilizados nos sítios web do tribunal na internet e intranet.
- **Comissão de Segurança da Informação** – instituída pela Portaria 218/2012, é responsável pela manutenção da Política de Segurança da Informação, cujo objetivo é garantir a integridade, a confidencialidade e a disponibilidade das informações do tribunal.

2 INFORMAÇÕES SOBRE OS DIRIGENTES E COLEGIADOS

Os Tribunais Regionais Eleitorais possuem uma corte com sete integrantes, cuja composição é definida pela Constituição Federal (§ 1º do Art. 120), da seguinte maneira:

- dois juízes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça;
- dois juízes, dentre juízes de direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça;
- um juiz do Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado ou no Distrito Federal, ou, não havendo, de juiz federal, escolhido, em qualquer caso, pelo Tribunal Regional Federal respectivo;
- por nomeação, pelo Presidente da República, de dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.

As competências do tribunal pleno são definidas detalhadamente no Regimento Interno, disponível no sítio web do tribunal no endereço <http://www.tre-am.jus.br/institucional/conheca-o-tre-am/regimento-interno>.

3 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A unidade de auditoria interna possui estrutura de coordenadoria, denominada Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria, possui 4 unidades a ela vinculadas, conforme abaixo:

- a) Seção de Acompanhamento de Gestão;
- b) Seção de Auditoria de Pessoas;
- c) Seção de Auditoria Administrativa; e
- d) Seção de Contas Eleitorais e Partidárias.

Atualmente a unidade se encontra vinculada diretamente à Presidência do Tribunal, possui nomenclatura e atribuições recentemente atualizadas e aprovadas pelo pleno do Tribunal por meio da Resolução TRE/AM n. 6/2016. Seus processos de trabalho de auditoria são documentados no manual de auditoria, aprovado mediante portaria da Presidência do Tribunal n. 274/2014-GP, republicado no DJE n. 74/2014, de 30.4.2014, a Portaria n. 773/2014, dispõe sobre os processos e procedimentos administrativos de exame de conformidade prévio pela Coordenadoria de Controle Interno, todos os documentos estão disponíveis na página de internet, nos links abaixo.

- Regulamento da Secretaria:
<http://www.tre-am.jus.br/institucional/conheca-o-tre-am>
- Manual de Auditoria e Portaria n. 773/2014:
<http://www.tre-am.jus.br/institucional/controle-interno/controle-interno>
- Resolução TRE/AM n. 6/2016:
<http://www.tre-am.jus.br/institucional/controle-interno/controle-interno>

Na gestão do período 2010-2012, foi editada a Resolução n. 1/2010, que tratou da reestruturação da Secretaria do Tribunal, nesse processo, definiu-se a mudança da unidade de Controle Interno que estava vinculada à Diretoria Geral, transferindo-a diretamente à Presidência do Tribunal, de forma a garantir-lhe uma maior independência em relação à gestão do Tribunal.

A independência na atuação da auditoria interna tem sido consolidada ao longo de sua atuação, mediante aprimoramento da regulamentação de suas atribuições, estabelecimento de padrões de atuação e rotinas, e pelo próprio critério de atuação dos servidores nela lotados.

No quesito de normativos, a atuação da unidade vem sendo aprimorada por meio de edição de portarias e, mais recentemente, por Resolução do Pleno do Tribunal, vide o histórico abaixo:

Portaria n. 228/2010, dispunha sobre os processos que deveriam ser submetidos previamente à Coordenadoria de Controle Interno, para emissão de parecer técnico, estabelecia uma relação de processos e procedimentos de análise pelo controle;

Portaria n. 470/2013, dispunha sobre os procedimentos de análise prévia pelo controle interno, baseou-se nas disposições contidas nos itens 9.1.2.4, 9.1.2.5 e 9.1.4 do Acórdão TCU N. 1074/2009-Plenário, estabeleceu uma listagem de processos sobre os quais deveria haver análise prévia pela unidade de controle interno, estabelecendo, ainda, critério de valor para análise prévia de despesas, conforme a IN 71/20125-TCU;

Portaria n. 773/2014, dispunha sobre os processos e procedimentos administrativos de exame de conformidade prévio pela Coordenadoria de Controle Interno, esta tomou por base as disposições contidas no Parecer CNJ n. 02/2013, de 29.10.2013, que sugeriu a adoção das diversas providências para cumprimento do art. 7º, § 1º, da Resolução CNJ n. 86/2009, que dispõe sobre a organização e funcionamento de unidades ou núcleos de controle interno nos tribunais, disciplinando as diretrizes, os princípios, conceitos e normas técnicas necessárias à sua integração, por meio deste normativo, as ações de análise prévia de processos e procedimentos, que caracterizavam atos de cogestão, foram reduzidas, dando mais liberdade para as unidades atuarem de forma desvinculada da gestão.

Portaria n. 247/2014-GP, estabeleceu o manual de auditoria do TRE-AM, no qual encontram-se elencados uma série de princípios que deverão nortear a atuação do auditor, elencando os direitos, deveres e prerrogativas do auditor, no que concerne à sua atuação, à independência e liberdade de acesso às informações.

Resolução n. 6/2016: atualizou o Regulamento da Secretaria, no que tange à nomenclatura e atribuições das unidades da Coordenadoria de Controle Interno.

Não há descentralização das unidades de auditoria, o que existe é a supervisão dos trabalhos das unidades pela coordenadoria, que atua no sentido de orientar e supervisionar os trabalhos de auditoria.

O Gabinete da Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria, vinculado diretamente à Presidência do Tribunal, tem contado historicamente com apenas um servidor, sendo somente o titular da Coordenadoria.

Por tratar-se de cargo em comissão, seu preenchimento ocorre de forma livre pela Presidência do Tribunal, nesse sentido, desde o exercício 2012 já houve 5 mudanças na titularidade da Coordenadoria, dentre estas, dois dos seus titulares eram pessoas sem vínculo com a Administração Pública.

As 4 (quatro) seções contam, em sua maioria, com dois servidores, todos do quadro efetivo do Tribunal, sendo o titular da unidade e o assistente da seção, a única seção que conta com mais um servidor, além de titular e assistente, é a Seção de Contas Eleitorais e Partidárias.

A regulamentação atual das unidades prevê que, dentre as 4 (quatro) seções, três realizem trabalhos de auditoria, e somente a Seção de Contas Eleitorais e Partidárias não possui essa atribuição.

As unidades que realizam auditorias encontram-se distribuídas em especializações em função da natureza da atividade a ser desenvolvida, segregadas entre as áreas de pessoal (SAGP), aquisições e serviços e Tecnologia da Informação (SEAUD), e gestão (SAGES).

Todo relatório resultante dos trabalhos de auditoria, inspeção ou fiscalização, nos quais são inseridas as recomendações da unidade de auditoria, é encaminhado à Presidência do Tribunal, esta determina ou não, sua implementação, nesse sentido, tem havido forte aderência da alta gestão às recomendações do Controle Interno.

Quando da emissão de recomendações decorrentes da atuação das unidades de auditoria mediante relatórios de auditoria, estas são levadas a conhecimento da Presidência do Tribunal, que determina à unidade auditada a adoção das medidas sugeridas, contudo, não é da praxis desta unidade informar as consequências da não adoção das medidas sugeridas, apenas indicar o achado e as medidas saneadoras.

4 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

4.1 SISTEMA DE CORREIÇÃO

O TRE-AM possui uma Corregedoria Regional Eleitoral (CRE) com a missão de velar pela regularidade dos serviços prestados pelos Cartórios Eleitorais (1ª instância), buscando o aprimoramento das atividades desenvolvidas, mediante orientação, inspeção e correição. A existência da CRE e suas competências fundamentam-se na Lei nº 4.737/65, Art. 26 e

Resolução TSE nº 7.651/65, que fixa as atribuições do Corregedor-Geral e dos Corregedores Regionais Eleitorais.

4.2 CORREIÇÕES ORDINÁRIAS REALIZADAS

Em 2016 a CRE realizou nove correções ordinárias nos cartórios das seguintes zonas eleitorais:

PERÍODO	ZONA / MUNICÍPIO
19 e 22 de janeiro	60ª – MARAÃ
24 a 25 de fevereiro	09ª – TEFÉ
8 a 11 de junho	04ª – PARINTINS
15 a 19 de junho	14ª – BOCA DO ACRE
23 a 25 de junho	67ª – APUÍ
29 de junho a 02 de julho	17ª – HUMAITÁ
5 a 8 de julho	50ª - JURUÁ
16 a 18 de junho	38ª – TAPAUÁ
25 a 27 de julho	23ª – CAREIRO

4.3 CORREIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS REALIZADAS

Nenhuma.

4.4 INSPEÇÕES REALIZADAS

Em 2016 a CRE realizou dez inspeções nos cartórios das seguintes zonas eleitorais:

PERÍODO	ZONA / MUNICÍPIO
11 a 13 de outubro	06ª – MANACAPURU
11 a 13 de outubro	49ª – MARAÃ
15 a 18 de novembro	12ª – LÁBREA
15 a 20 de outubro	09ª – TEFÉ
18 a 20 de outubro	56ª – IRANDUBA
22 a 24 de novembro	14ª – BOCA DO ACRE
29 de novembro a 02 de dezembro	20ª – BENJAMIN CONSTANT
29 de novembro a 02 de dezembro	03ª – ITACOATIARA
06 a 08 de dezembro	10ª – FONTE BOA
13 a 16 de dezembro	16ª – MANICORÉ

4.5 SINDICÂNCIAS INSTAURADAS PELA CORREGEDORIA

A Corregedoria Regional Eleitoral do TRE-AM instaurou 7 (sete) sindicâncias e 03 (três) Processos Administrativos Disciplinares (PAD) em 2016, conforme abaixo:

1. Instauração de sindicância acusatória visando a apurar responsabilidade pelas irregularidades apontadas no Processo COR N.º 13/2015-CRE/TRE/AM (SADP n.º 832/2015), conforme determina a Portaria N.º 19/2016-CRE/TRE/AM. **Situação:** Tramitando;
2. Instauração de sindicância na 9ª Zona Eleitoral, conforme determina a Portaria N.º 09/2016-CRE/TRE/AM. **Situação:** Tramitando;
3. Instauração de sindicância acusatória por fatos ocorridos na 19ª ZE - São Gabriel da Cachoeira/AM, conforme determina a Portaria N.º 10/2016-CRE-TRE/AM. **Situação:** Tramitando;
4. Instauração de sindicância acusatória por fatos ocorridos na 21ª ZE - Carauari - conforme determina a Portaria n.º 11/2016-CRE-TRE/AM. **Situação:** Tramitando;
5. Instauração de sindicância investigativa para apurar responsabilidade pelas irregularidades detectadas no Processo - COR n.º 31/2015-CRE/TRE/AM (SADP n.º 17.484/2015), conforme determina a Portaria n.º 14/2016-CRE-TRE/AM. **Situação:** Tramitando;
6. Instauração de sindicância acusatória para apurar a responsabilidade pelo não cumprimento das determinações constantes da decisão de fls. 118/123, proferida nos autos de Inspeção n.º 001/2015-CRE/TRE/AM (SADP 18.187/2015), bem como pelo atraso na tramitação dos processos naquela Zona Eleitoral, conforme determina a Portaria n.º 17/2016-CRE-TRE/AM. **Situação:** Tramitando;
7. Instauração de sindicância acusatória para apurar a responsabilidade pelo prejuízo à tramitação dos processos, bem como para apurar eventual inconsistência nas guias de frequência do juiz eleitoral acostada aos autos, em face da declaração em sentido contrário prestada por sua subscritora, conforme determina a Portaria n.º 18/2016-CRE-TRE/AM.. **Situação:** Tramitando;
8. Instauração de processo administrativo disciplinar (PAD) para apurar notícia de irregularidade apresentada pelo Juiz da 18ª ZE/AM, informando que a servidora do cartório respectivo ainda não havia entrado no exercício do cargo, muito embora tenha o Sr. Chefe de Cartório daquela zona eleitoral, de forma irresponsável, assinado sua folha de ponto e enviado ao TRE/AM para registro, conforme determina a Portaria n.º 15/2016-CRE-TRE/AM. **Situação:** Tramitando;
9. Instauração de processo administrativo disciplinar (PAD) para apurar possível recebimento de vantagem (propina) por servidores do Cartório da 34ª Zona Eleitoral do Amazonas, em razão do exercício regular de suas atribuições, no que concerne à realização de atos processuais durante o registro de candidatura para o pleito municipal de 2012. Alteração de documentação contida em DRAP de coligação partidária, conforme determina a Portaria n.º 12/2016-CRE-TRE/AM. **Situação:** Tramitando;
10. Instauração de processo administrativo disciplinar (PAD) para apurar os fatos contidos nos autos do Processo Administrativo n.º 326/2014 SIAVIS - SAO/TRE-AM (SADP n.º 10.051/2014), conforme determina a Portaria n.º 13/2016-CRE-TRE/AM. **Situação:** Tramitando.

5 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Desde 2013 o TRE-AM vem se preparando para instituição de um processo formal e estruturado de gestão de riscos, mas esse é um trabalho relativamente demorado mesmo, uma vez que a gestão de riscos é uma rotina geralmente aplicada nos processos de trabalho e/ou projetos críticos. Dessa forma, gerir riscos pressupõe conhecer os processos de trabalho e/ou os projetos críticos da organização, bem como valer-se de uma metodologia de gestão de riscos instituída como norma interna, e, ainda, dispor de pessoas capacitadas para o trabalho.

O primeiro piloto com riscos no TRE-AM foi realizado no macroprocesso das eleições de 2014, que havia sido recentemente mapeado, onde foram identificados dez riscos. O trabalho de identificação, análise qualitativa e quantitativa, planejamento de resposta e monitoramento e controle dos riscos relacionados às Eleições 2014 (macroprocesso principal), foi tratado conforme o conhecimento técnico da disciplina, incluindo na planilha de riscos dados como descrição, tipo, gatilho, causas, probabilidade de ocorrência, impacto, grau, responsável, estratégia de enfrentamento, ações necessárias e plano de contingência.

Em junho de 2016 o TRE-AM promoveu capacitação de 16 horas em Gestão de Riscos no Setor Público para 23 servidores, incluindo o Diretor Geral, Secretários e Coordenadores. O curso foi ministrado pelo Sr. Edison Franklin Almeida, auditor do TCU.

O próximo passo é a aprovação de uma política interna de gestão de riscos, ainda sem uma data fechada, mas que deve ser instituída até o final de 2017. A área de planejamento estratégico está desenvolvendo e colocando em prática alguns mecanismos de governança e gestão junto aos principais gestores. Esse trabalho é gradativo, pois envolve mudança da cultura de gestão do setor público. Ademais, a gestão de riscos não pode ser tratada isoladamente, devendo caminhar junto com a gestão estratégica, a gestão de processos e o gerenciamento de projetos..

Áreas especiais da gestão

Nesta seção são apresentadas as principais informações sobre os aspectos da estrutura e organização formal do TRE-AM que lhe possibilitam a atingir seus objetivos. As informações encontram-se organizadas nos seguintes tópicos:

- GESTÃO DE PESSOAS
- GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA
- GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
- GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE
- GESTÃO DE FUNDOS E DE PROGRAMAS

1 GESTÃO DE PESSOAS

A estrutura organizacional do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá é composta por 70 Zonas Eleitorais (57 ZE no interior do Estado e 13 ZE sediadas na capital) e mais a Secretaria do Tribunal.

Possui um total de 477 servidores, 318 destes, ou 66,67%, pertencente ao quadro efetivo e 159 servidores, ou 33,33% composto por servidores requisitados, em exercício provisório ou sem vínculo com a Administração Pública.

Dos 477 servidores, 275, ou 57,65%, estão lotados nas zonas eleitorais, capital e interior, para prestar os serviços judiciais/administrativos e atendimento do eleitorado do Estado, que é de cerca de 3.330.000 eleitores.

O TRE/AM não possui quadro próprio de magistrados, por esse motivo, os juízes eleitorais pertencem ao quadro de juízes do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá e são designados pelo Presidente, mediante Portaria, para mandatos de 2 anos, após aprovação Plenária.

A distribuição efetiva da força de trabalho do Tribunal pode ser conferida nos quadros a seguir.

1.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

QUADRO 8 – Força de trabalho (situação em 31/12)

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	594	596	103	35
1.1. Membros de poder e agentes políticos	77	74	32	20
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	517	522	71	15
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	322	321	11	6
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	6	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	195	195	60	19
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	2	2	1	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	596	598	104	36

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP

QUADRO 9 – Distribuição da lotação efetiva (situação em 31/12)

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1+1.2+1.3+1.4)	169	349
1.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão	156	165
1.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.3 Servidores de carreira em exercício provisório	1	1
1.4 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	12	183
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	2	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	171	349

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP

QUADRO 10 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas (situação em 31/12)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	30	30	19	18
1.1 Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	30	30	19	18
1.2.1 Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	24	24	16	12
1.2.2 Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3 Servidores de Outros Órgãos e Esferas	4	4	2	5
1.2.4 Sem Vínculo	2	2	1	1
1.2.5 Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	244	241	90	85
2.1 Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	190	187	58	57
2.2 Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3 Servidores de Outros órgãos e Esferas	54	54	32	28
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	274	271	109	103

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP

1.1.1 Análise crítica

Este Tribunal vem enfrentando grande dificuldade em manter um quadro mínimo de servidores em muitas das zonas eleitorais do interior do Estado dadas as características geográficas e sociais do Estado do Amazonas, em que muitos dos municípios são desprovidos de meios de transporte adequados e a estrutura física e condições sociais são deficitárias.

Não obstante a criação das funções comissionadas de Assistente de Chefia de Cartório, pela Lei n. 13.150, de 27 de julho de 2015, regulamentada pela Resolução TSE n. 23.448, de 22 de setembro de 2015, o que em um primeiro momento poderia significar um atrativo à permanência de servidores nas zonas eleitorais, o que se observa é que a medida não foi plenamente eficaz, uma vez que a questão financeira nem sempre prevalece sobre as demais, e por isso, não teve o condão de garantir a fixação da força de trabalho em municípios mais inóspitos.

É frequente a ocorrência de demandas por tratamento de saúde de servidores, oriundos do interior do Estado, nesta Capital, as quais, invariavelmente, redundam em remoção temporária, ou mesmo definitiva, para Manaus, causando um déficit de pessoal na unidade de origem.

Não fosse a proibição, pelo Tribunal Superior Eleitoral, para a realização de Concurso Público regionalizado, avaliamos que essa possibilidade talvez fosse uma forma de amenizar a difícil aderência de servidores no interior de nosso Estado.

1.2 DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL

QUADRO 11 – Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	0	0	7.145.847,24	0	0	0	0	0	0	7.145.847,24
	2015	0	0	6.725.072,61	0	0	0	0	0	0	6.725.072,61
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2016	39.132.286,68	8.571.156,74	4.499.590,43	11.561.722,00	7.673.476,12	119.021,59	403.465,44	390.906,79	0	72.351.625,79
	2015	22.953.619,64	5.357.214,58	5.544.452,97	922.878,54	2.921.215,74	143.858,00	0	426.574,15	0	38.260.813,62
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2016	0	68.512,19	8.234,71	22.837,39	587.424,00	0	67.244,23	0	0	754.252,52
	2015	0	437.123,52	36.426,96	0	38.352,00	0	0	0	0	511.902,48
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	0	383.790,00	16.759,31	10.660,83	40.512,00	0	9.606,31	0	0	461328,45
	2015	0	448.051,60	36.426,96	0	38.352,00	0	0	0	0	522.830,56
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	3.973.729,20	0	332.110,80	111.576,52	293.712,00	0	0	0	0	4.711.128,52
	2015	233.639,97	0	19.724,31	8.795,88	3.196,00	0	0	0	0	265.356,16
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP

1.3 GESTÃO DE RISCOS RELACIONADOS AO PESSOAL

No âmbito do TRE-AM ainda não foi feito nenhum trabalho de identificação de riscos na área de gestão de pessoas.

Ainda não há uma política de Gestão de Riscos internamente instituída, entretanto, existem medidas sendo tomadas neste sentido. Cumpre observar que a falta de uma política formalizada não significa que não sejam adotadas medidas desta natureza neste TRE, no âmbito da gestão de pessoas. Por exemplo:

- Política de benefícios para os servidores, visando minimizar rotatividade de pessoal;
- PAC – Programa Anual de Capacitação – Pesquisa junto às unidades, para indicação de cursos que conjuguem o interesse do servidor com a aplicação na sua unidade. Objetiva manter nosso quadro plenamente capacitado para desempenho de suas atividades;
- Criação de comissão para criação e implantação do Código de Ética do TRE-AM (Portaria 998/2014);
- Avaliação de servidores, atrelada à progressão funcional – instrumento pelo qual o TRE avalia os seus servidores em relação aos serviços prestados, suas habilidades e atitudes.

A política de gestão de riscos será instituída até o final de 2017.

1.4 CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS

1.4.1 Pessoal de apoio terceirizado

O TRE-AM não tem pessoal de apoio terceirizado atuando na área fim. O quadro a seguir apresenta os contratos relacionados ao pessoal de apoio terceirizado no tribunal.

QUADRO 12 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos

Unidade Contratante						
Nome: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ						
UG/Gestão: 070003						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Limpeza e Conservação	07.783.832/0001-70	21/09/2011	20/09/2016	Fundamental	Inativo
2014	Recepção e Reprografia	15.791.353/0001-24	02/01/2014	01/10/2016	Médio	Inativo
2011	Vigilância Armada e Desarmada	01.877.813/0001-27	01/09/2011	29/02/2016	Fundamental	Inativo
2015	Vigilância Armada	07.030.464/0001-90	01/11/2015	18/10/2016	Fundamental	Ativo
2016	Agente de Portaria	03.325.110/0001-11	18/07/2016	17/07/2021	Médio	Ativo
2016	Apoio Administrativo – Assistente Administrativo	03.325.110/0001-11	15/01/2016	14/01/2021	Médio	Ativo
2016	Copeiragem e Manutenção de Bens e Imóveis	02.295.753/0001-05	26/02/2016	25/02/2021	Médio	Ativo
2016	Manutenção e Reparo das instalações Elétricas	03.543.374/0001-41	31/09/2016	30/08/2021	Médio	Ativo

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP

1.4.2 Estagiários

O Programa de Estágio do TRE/AM é regido pela Lei nº 11.788, de 25/09/2008 e pela Resolução TRE/AM nº 11, de 17/09/2012.

O Programa oferece atividades de aprendizagem profissional e sociocultural, com remuneração em forma de bolsa-auxílio. Estão abrangidos alunos regularmente matriculados - com frequência efetiva - em instituições de ensino superior, de educação profissionalizante e de ensino médio.

O estudante de nível superior interessado em realizar o estágio deve estar no 2º período ou semestre, enquanto o de nível médio ou profissionalizante deve estar cursando a 1ª série, módulo ou etapa do respectivo curso.

Pré-requisitos:

- idade mínima de 16 (dezesseis) anos;
- não é permitido pertencer a diretório de partido político ou exercer atividades político-partidárias;
- não é permitido o parentesco com servidor do TRE/AM, tampouco do CIEE.

1.4.2.1 Intermediadora do estágio

A intermediação para o estágio é realizada por entidade contratado para este fim, atualmente, o Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE, que recruta e seleciona os estudantes, observando os seguintes critérios:

- Realização de processo seletivo, por meio de prova de Língua Portuguesa, interpretação de texto e redação.
- Estará habilitado para o estágio o candidato que alcançar, no somatório das provas, nota igual ou superior a 6,0 (seis).

A distribuição de estagiários neste TRE/AM em 2016, dentre as áreas meio e fim, deu-se da seguinte forma:

- Área fim : 37 (trinta e sete)
- Área meio: 48 (quarenta e oito)

Observa-se, em linhas gerais, excelente aproveitamento por parte dos estagiários. Além da absorção diária de experiência e técnicas de trabalho, propicia-se aos jovens, agregar ideias aos serviços efetuados nos respectivos setores, gerando uma saudável troca de conhecimentos.

A duração máxima de estágio para cada estudante neste TRE é de dois anos. No exercício de 2016 foram contratados aproximadamente 85 (oitenta e cinco) estagiários, com os seguintes quantitativos relativos às bolsas de estágio:

Nível	Valor da bolsa (R\$)	Valor transporte (R\$)	Total (R\$)
Médio	500,00	132,00	632,00
Profissionalizante	560,00	132,00	692,00
Superior	675,00	132,00	807,00

Os valores acima descritos são resultado de uma atualização no custo das bolsas de estágio, estabelecido por ocasião da assinatura do contrato n. 015/2015 (novembro/2015), entre este Tribunal e o CIEE (intermediador).

No novo contrato, a taxa de administração da empresa intermediadora passou a ser de R\$ 29,87 (vinte e nove reais e oitenta e sete centavos) mensais, por cada estudante contratado.

Apesar de haver muitas demandas dos cartórios eleitorais do interior por estagiários e incluirmos a despesa correspondente pelo aumento de estagiários nas propostas orçamentárias de 2015 e 2016, não houve possibilidade de atender as demandas, devido a restrições orçamentárias impostas.

Despesas totais com o programa de estágio neste Regional, por exercício:

ANO	TOTAL EXECUTADO
2015	586.001,64
2016	665.198,72

Válido esclarecer que, embora a proposta orçamentária 2016, originalmente encaminhada, não tenha sido deferida, foi autorizado um crédito adicional em julho de 2016, no montante de R\$ 125.000,00, o que viabilizou a manutenção do programa de estágio até o final do exercício de 2016.

Ano do contrato: Novembro/2015 (Contrato n. 015/2015).

Objeto: Prestação de serviços de Agente de Integração, para administrar o Programa de Estágio, em conjunto com o TRE/AM.

Empresa Contratada (CNPJ): CIEE – Centro de Integração Empresa Escola (61.600.839/0001-66)

Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas: Novembro de 2015 a Novembro de 2019.

Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados: NÍVEL MÉDIO, PROFISSIONALIZANTE e SUPERIOR INCOMPLETO

Situação: Ativo Normal (A).

2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

2.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS

Em razão da baixa disponibilidade de recursos para aquisição de bens permanentes nos últimos anos, o TRE-AM optou por terceirizar a frota de veículos, reduzindo sua frota própria ao máximo. Essa providência tem se mostrado muito assertiva, na medida em que melhora a qualidade do serviço de transporte e, ao mesmo tempo, desonera o órgão de outros gastos e esforços decorrentes dos procedimentos de aquisição, manutenção preventiva e corretiva, entre outros.

Sobretudo em ano de eleições, os recursos logísticos são fundamentais para o cumprimento das atividades dos cartórios eleitorais e da secretaria do tribunal, onde são empregados para apoiar o cumprimento de mandados, vistorias de locais de votação, diligências, transporte de materiais, entre tantas outras.

A Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos no âmbito do TRE-AM são:

- Resolução CNJ nº 83/2009; e
- Resolução TRE-AM nº 02/2010 e suas alterações.

A quantidade de veículos por categoria de uso e por regionalização são apresentados no quadro a seguir.

QUADRO 13 – Quantidade de veículos por categoria de uso e localização

Tipos de veículos	Quantidade	Localização
Veículos de representação	2	Manaus
Veículos de serviços*	19	Região Metropolitana / Manaus
Motocicletas*	61	Interior do estado
Total	82	

Fonte: Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças – SAO

* Pretensão de desfazimento de 13 veículos e 41 motocicletas, todos considerados antieconômicos e obsoletos.

Os quantitativos de veículos terceirizados são: oito veículos do tipo sedan e oito veículos do tipo caminhoneta.

As médias de quilômetros rodados em 2016 foram:

QUADRO 14 – Média de quilômetros rodados

Tipos de veículos	Quantidade (km)
Veículos de representação	12.000
Veículos de serviços	18.000
Motocicletas	Não é possível aferir

Fonte: Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças – SAO

As médias anual de quilômetros rodados dos veículos terceirizados são:

- Contrato nº 03/2014: automóveis/serviços, a média anual de quilômetros rodados é de $12 \times 14.309 = 171.708\text{Km}$ para Manaus/AM (Secretarias do TRE/AM, Cartórios Eleitorais, Presidência e Corregedoria); e
- Contrato nº 04/2014: caminhoneta/serviços, a média anual de quilômetros rodados na Região Metropolitana de Manaus é de $12 \times 9.897 = 119.844\text{Km}$ anual e municípios de Tabatinga, Parintins e Tefé é de $12 \times 2.700 = 32.400$ ao ano.

A idade média da frota em 2016 é apresentada no quadro a seguir.

QUADRO 15 – Idade média da frota

Tipos de veículos	Idade média
Veículos de representação	4 anos
Veículos de serviços	Veículos novos: 4 anos Demais veículos: 10 anos
Motocicletas	20 motos – 2 ano 41 motos - 9 anos uso

Fonte: Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças – SAO

A idade média dos veículos terceirizados do tipo sedan é de um a dois anos e os do tipo caminhoneta é de dois anos.

Os custos associados à manutenção da frota em 2016 foram:

QUADRO 16 – Custos associados a manutenção de frota

Discriminação	Valor (R\$)
Manutenção	86.331,30
Combustíveis	51.478,76
Seguros veículos normal	Não contratado
Seguros obrigatórios	20.104,48
Lavagem	9.460,00
Total	167.374,54

Fonte: Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças – SAO

Gradativamente os veículos de transporte estão sendo substituídos por veículos locados. Não há previsão para aquisição de novos veículos para este tribunal.

Há um plano de aquisição de 40 motocicletas para os cartórios eleitorais que não dispõem de meios de locomoção e que se encontram em regiões não abrangidas pelos contratos de locação de veículos.

Os mecanismos de controle para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte são:

- Pessoal treinado para realizar a condução dos veículos;
- Sistema de controle de abastecimento, média de consumo e custos;
- Quadro de motoristas para atendimento;
- Legislação específica que regulamenta a utilização e controle da frota;
- Autorização para utilização e condução de veículos;
- Controle de despesas com veículo;
- Controle diário de veículo;
- Ficha de Controle de Movimentação de Veículo;
- Inspeção periódica de veículos.

2.2 POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DE VEÍCULOS INSERVÍVEIS OU FORA DE USO E INFORMAÇÕES GERENCIAIS SOBRE VEÍCULOS NESSAS CONDIÇÕES

Toda a política relacionada a veículos é definida pela Resolução TRE-AM nº 02/2010, que dispõe sobre a aquisição, requisição, classificação, abastecimento, utilização, controle, manutenção, identificação, locação, cessão, desfazimento, condutores, acidentes e infrações com veículos oficiais no âmbito do TRE-AM.

No momento o TRE-AM dispõe de 13 veículos e 41 motocicletas considerados antieconômicos e obsoletos para desfazimento.

2.3 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO

2.3.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União

A gestão do patrimônio no âmbito do TRE-AM é responsabilidade da Seção de Gestão de Patrimônio – SEPAT, vinculada à Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP, que faz parte da estrutura da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças – SAOF.

Atualmente o TRE-AM possui 26 (vinte e seis) imóveis próprios, sendo 24 (vinte e quatro) no interior do Estado e 2 (dois) na capital – prédio sede (recentemente reformado e com reforma do estacionamento em andamento) e o respectivo anexo (Fórum Eleitoral de Manaus), distribuídos conforme quadro a seguir.

QUADRO 17 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União

MUNICÍPIO	EXERCÍCIO 2016
Manaus	2
Atalaia do Norte	1
Autazes	1
Barcelos	1
Benjamin Constant	1
Boa Vista do Ramos	1
Careiro	1

Coari	1
Codajás	1
Eirunepé	1
Itacoatiara	1
Itamarati	1
Iranduba	1
Lábrea	1
Manacapuru	1
Maués	1
Nhamundá	1
Novo Airão	1
Parintins	1
Presidente Figueiredo	1
Santo Antonio do Içá	1
São Paulo de Olivença	1
Silves	1
Tabatinga	1
Urucurituba	1
Total	26

Fonte: Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças – SAO

2.3.2 Discriminação dos bens imóveis sob a responsabilidade do TRE-AM

Os registros das informações dos imóveis são feitos pelo sistema SPIUnet. Atualmente contamos com apenas dois imóveis cadastrados no sistema, conforme quadro a seguir. A inclusão dos demais imóveis encontra-se pendente por falta da documentação.

QUADRO 18 – Discriminação dos bens imóveis não funcionais de propriedade da união sob responsabilidade do TRE-AM

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado
070003	026900087.500-7	13	Bom	-	15.01.2013	563.824,00
070003	025500758.500-4	13	Ótimo (reformado)	-	15.01.2013	365.440,00 (terreno)
Total						

Fonte: Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças – SAO

2.4 CESSÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS E IMÓVEIS A ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS OU PRIVADAS

Durante o exercício de 2016 não houve cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas.

2.5 INFORMAÇÕES SOBRE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS

A maioria dos imóveis locados de terceiros destinam-se à abrigar os cartórios eleitorais no interior do Estado, onde o TRE-AM não dispõe de imóvel próprio.

O quadro a seguir mostra a distribuição desses imóveis e o respectivo valor de locação mensal.

QUADRO 19 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

MUNICÍPIO	QUANTIDADE EM 2016	VALOR MENSAL
Alvarães	1	1.252,98
Anamá	1	1.412,90
Apuí	1	1.200,00
Beruri	1	1.321,48
Boca do Acre	1	1.600,00
Borba	1	1.510,19
Caapiranga	1	1.007,29
Carauari	1	3.500,00
Careiro da Várzea	1	1.450,82
Envira	1	1.179,77
Fonte Boa	1	2.123,56
Humaitá	1	3.368,94
Ipixuna	1	1.268,36
Itapiranga	1	1.784,89
Juruá*	1	1.900,00
Jutaí	1	2.499,53
Manaquiri	1	2.767,71
Manaus - Galpão	1	32.896,01
Manaus – Secretaria**	1	101.889,73
Manicoré	1	1.099,87
Pauini	1	1.900,00
Santa Izabel do Rio Negro	1	2.718,85
São Sebastião do Uatumã	1	1.251,10
Tabatinga***	1	2.926,81
Tapauá	1	2.035,50
Tefé****	1	2.000,00

Fonte: Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças – SAO

* Durante o mês de setembro, foi locado outro imóvel para Juruá, ficando dois imóveis locados durante as reformas necessárias no futuro imóvel.

**Com o fim da reforma do prédio sede deste Tribunal, o contrato de aluguel da sede provisória se encerrou no dia 22 de junho de 2016.

*** A locação do Cartório Eleitoral de Tabatinga perdurou até o mês de junho, quando foi inaugurada a sede própria.

**** Foi locado um novo imóvel para o Cartório Eleitoral de Tefé no mês de outubro, permanecendo dois contratos de alugueis até o mês de novembro para finalizar as reformas no novo imóvel.

Quanto às reformas e benfeitorias nos imóveis locados, o TRE-AM tem estabelecido nos contratos que as benfeitorias necessárias nos imóveis locados são de responsabilidade do locador. As benfeitorias úteis são solicitadas ao locador, que decide por realiza-las ou não. O TRE-AM assume os custos relacionados à manutenção necessária nos imóveis para sua devolução ao final dos contratos.

No que se refere à utilização de “cessão de espaço”, este Tribunal faz uso dessa modalidade em 10 (dez) municípios, mas sem adoção de qualquer tipo de termo de cooperação, o que torna precária a relação, em razão da possibilidade de o espaço ser requerido pelo órgão cessionário para atendimento de suas próprias demandas.

QUADRO 20 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso cedido por outros órgãos

MUNICÍPIO	EXERCÍCIO 2016
Anori	1
Barreirinha	1
Canutama	1
Japurá	1
Maraã	1
Nova Olinda do Norte	1
Novo Aripuanã	1
Rio Preto da Eva	1
São Gabriel da Cachoeira	1
Urucará	1
Total	10

Fonte: Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças – SAO

Quanto às despesas de manutenção, efetivamente só nos cabe, neste caso, as despesas com serviço de telefonia fixa e fornecimento de materiais de limpeza, sendo as demais custeadas integralmente pelo órgão cessionário (em todos os casos o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à exceção do cartório da 19ª Zona Eleitoral, localizado no Município de São Gabriel da Cachoeira, que tem como órgão cessionário a Prefeitura daquela municipalidade).

Em relação ao sistema de condomínios, torna-se inviável em face da inexistência de aglomerado de instituições públicas no interior do Estado que justifique a aplicação desta modalidade.

Quanto à modalidade “aluguel”, houve um aumento no número de contratos de locação de imóvel em consequência da necessidade de melhoria no atendimento ao público, bem como da expansão dos serviços cartorários. Neste particular, ressalta-se que todos os custos de manutenção, excetuando-se as manutenções de caráter estrutural, correm por conta do Tribunal (água, luz, telefone, etc).

3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Os Objetivos Estratégicos de TIC buscam resultados específicos e mensuráveis necessários ao cumprimento do papel da TIC. Esses objetivos foram priorizados pela STI com a intenção de dar foco à atuação da área de TIC e representam o desmembramento do Objetivo Estratégico Institucional “Garantir as soluções de TIC demandadas”.

Objetivos Estratégicos de TIC definidos para o TRE-AM são:

- OE-1 - Aprimorar a gestão do orçamento de TIC
- OE-2 - Garantir o planejamento das contratações de TIC
- OE-3 - Aprimorar as competências das equipes de TIC
- OE-4 - Prover e aprimorar infraestrutura para os serviços de TIC
- OE-5 - Aperfeiçoar sistemas e plataformas de TIC
- OE-6 - Aprimorar a logística aplicada às eleições
- OE-7 - Desenvolver uma cultura de processos de TIC e gerenciar seus controles
- OE-8 - Aperfeiçoar a governança e a gestão de TIC
- OE-9 - Primar pela satisfação dos usuários de TIC

O alinhamento dos objetivos de TIC com os objetivos institucionais e com a Estratégica Nacional de TIC do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), é demonstrado nas tabelas a seguir:

QUADRO 21 – Alinhamento dos objetivos de TIC com os objetivos institucionais

Objetivos Estratégicos do TRE-AM		Objetivos Estratégicos de TIC (OE)								
Perspectiva	Descrição	OE-1	OE-2	OE-3	OE-4	OE-5	OE-6	OE-7	OE-8	OE-9
Resultados Institucionais	1. Garantir a legitimidade do processo eleitoral e os direitos de cidadania e fortalecer a democracia	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	2. Aprimorar o processo eleitoral e fortalecer sua segurança				X	X	X	X	X	
Processos Internos	3. Garantir celeridade e produtividade na prestação jurisdicional				X	X		X		X
	4. Combater a corrupção e a improbidade administrativa	X	X							
	5. Melhorar a acessibilidade na justiça eleitoral					X				X
	6. Racionalizar e tornar ágil o processo de contratação		X					X		
Pessoas e Recursos	7. Aprimorar a gestão de pessoas			X				X		

	8. Promover a melhoria da governança e da gestão institucional							X	X	X
	9. Garantir as soluções de TIC demandadas	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	10. Aprimorar a gestão orçamentária e de custos	X								

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação – STI

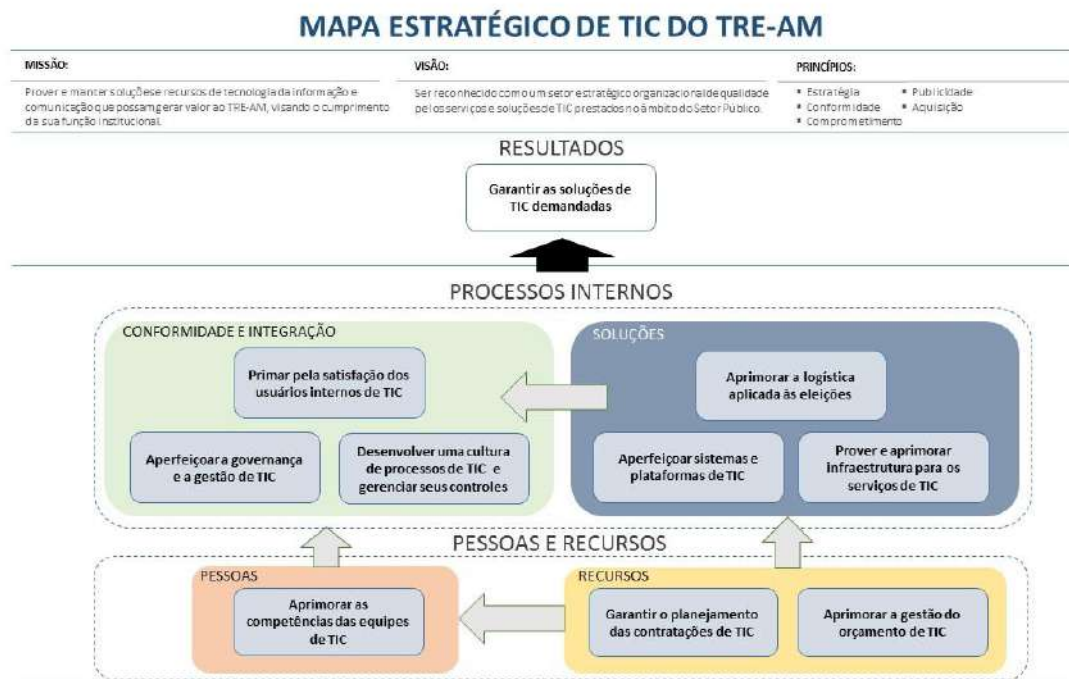
QUADRO 22 – Alinhamento dos objetivos de TIC com a ENTIC-JUD

Objetivos da ENTIC-JUD	Objetivos Estratégicos de TIC (OE)
1. Primar pela satisfação dos usuários	OE-9 - Primar pela satisfação dos usuários de TIC
2. Aperfeiçoar a governança e a gestão	OE-8 - Aperfeiçoar a governança e a gestão
3. Aprimorar a segurança da informação	
4. Aprimorar as contratações	OE-2 – Garantir o planejamento das contratações de TIC
5. Promover a adoção de padrões tecnológicos	OE-7 - Desenvolver uma cultura de processos de TIC e gerenciar seus controles
6. Aprimorar e fortalecer a integração e a interoperabilidade de sistemas de informação	OE-5 - Aperfeiçoar sistemas e plataformas de TIC
7. Aperfeiçoar as competências gerenciais e técnicas de pessoal	OE-3 - Aprimorar as competências das equipes de TIC
8. Prover infraestrutura de TIC apropriadas às atividades judiciais e administrativas	OE-4 - Prover e aprimorar infraestrutura para os serviços de TIC
9. Aprimorar a gestão orçamentária e financeira	OE-1 - Aprimorar a gestão do orçamento de TIC

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação – STI

A figura a seguir representa o mapa estratégico de TIC do TRE-AM:

FIGURA 5 – Mapa estratégico de TIC



Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação – STI

Sobre a governança de TIC no TRE-AM, o papel do Comitê Gestor de TI é exercido pelo Comitê de Governança e Gestão Institucional (CGGI), cuja composição encontra-se detalhada na seção “Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos”.

Durante o ano de 2016 foram realizadas (seis) reuniões e as principais decisões relacionadas a TIC foram:

- Aprovação das aquisições de sistemas e infraestruturas de TI;
- Aprovação da implantação de Sistemas obtidos de outros TREs e demais órgãos;
- Aprovação dos recursos de TI a serem aplicados nas Eleições 2016.

QUADRO 23 – Principais sistemas informatizados

SISTEMA	OBJETIVO	FUNCIONALIDADE	RESP. TÉCNICO	RESP. NEGÓCIO	CRITICIDADE
PAD Processo administrativo Digital	Substituir processos administrativos físicos por documentos digitais	Armazenamento e gestão dos processos administrativos	Coordenador de Infraestrutura	Secretário de Tecnologia da Informação	ALTA
PJE Processo Judicial Eletrônico	Substituir processos judiciais físicos por documentos digitais	Armazenamento e gestão dos processos judiciais	Coordenador de Desenvolvimento de Sistemas	Secretário Judiciário	ALTA

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação – STI

Além desses, listados abaixo outros importantes sistemas que dão suporte principalmente às atividades de eleições e são de responsabilidade técnica do TSE:

- **Filiaweb** - Sistema de Filiação Partidária: trata-se de um sistema de gerenciamento das filiações partidárias de uso dos partidos políticos.
- **ELO6** - Sistema de Gerenciamento das Filiações Partidárias: trata-se de um sistema de gerenciamento das filiações partidárias de uso das zonas eleitorais.
- **SGIP** - Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias: trata-se de um sistema de gerenciamento das informações dos partidos políticos, de uso da Secretaria Judiciária do Tribunal.
- **SGIPex** - Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - Módulo Externo: trata-se de um sistema de gerenciamento das informações dos partidos políticos, de uso dos partidos políticos.
- **SADP** - Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos: trata-se de sistema *desktop* de gerência e acompanhamento dos documentos e processos em trâmite nas unidades do TRE-AM, de uso das unidades internas do Tribunal.
- **ELO** – sistema utilizado pelos cartórios eleitorais e centrais de atendimento nos procedimentos relativos ao CADASTRO ELEITORAL.
- **SAVP** - Sistema de Apoio à Votação Paralela: sistema utilizado no dia da eleição pelos tribunais regionais eleitorais para promover, por amostragem, auditoria de verificação do funcionamento das urnas eletrônicas, por meio da votação paralela.
- **CAND** - Sistemas de Candidaturas: sistema responsável pela automatização dos procedimentos relativos ao registro de candidatos, armazenando os dados que servirão de base para os sistemas de horário eleitoral, os outdoors, as estatísticas do registro de candidatos, o gerador de mídia, a totalização e para os aplicativos da urna eletrônica.
- **HE** - Sistema de Horário Eleitoral: sistema que possibilita a elaboração do plano de mídia por meio do cálculo de distribuição de tempo do horário eleitoral gratuito entre partidos/coligações. Esse sistema é responsável pela montagem da escala do horário eleitoral gratuito.
- **PREPARA** - Sistema de Preparação: sistema responsável pelo preparo inicial de todo o ambiente de totalização. Subsidia os sistemas de Geração de Mídias e de Gerenciamento com dados necessários ao seu funcionamento.
- **GM** - Sistema Gerador de Mídias: sistema responsável pela geração das mídias de carga e de votação das urnas eletrônicas, a partir dos dados verificados, consolidados e exportados pelo Sistema de Preparação. Também é responsável por receber e transmitir a tabela de correspondência.
- **GERENCIAMENTO** - Sistema de Gerenciamento: sistema responsável por receber o BU, tratar pendências, totalizar, fornecer os resultados para a divulgação e emitir o relatório parcial da totalização.

A força de trabalho de TI do TRE-AM em 2016 foi composta por 35 (trinta e cinco) pessoas, distribuídos da seguinte forma:

- Servidores públicos efetivos da carreira de TI: 21;
- Servidores públicos efetivos de outras carreiras: 3;

- Servidores públicos cedidos de outras instituições públicas: 2;
- Terceirizados e estagiários: 9.

O plano de capacitação do pessoal de TI em 2016 foi efetivamente executado, conforme segue:

- Capacitação em Banco de Dados ORACLE:
 - DATABASE 12c: BACKUP AND RESTORE
 - ORACLE DATABASE 12c: INSTALL AND UPGRADE
- Capacitação em Gestão de Infraestrutura Virtualizada:
 - VMWARE vSphere: Install, Configure, Manage
- Capacitação em Ferramentas de Monitoramento dos serviços
 - ZABBIX Certified Specialis

Quanto aos processos de gerenciamento de serviços de TI implementados o TRE-AM utiliza as boas práticas da ITIL – Information Technology Infrastructure Library e implementou os 2(dois) processos abaixo:

- Gerenciamento de Incidentes
- Gerenciamento de Cumprimento de Requisições

Os projetos de TI no ano de 2016 foram focadas na execução das Eleições Municipais de 2016 com contratos relativos a transmissão de dados das Eleições, contratação de mão de obra técnica temporária, logística de transporte de urnas eletrônicas.

O único projeto fora do âmbito das Eleições foi o de implantação da Infraestrutura de Virtualização como plataforma de funcionamento para todos os sistemas administrativos do TRE-AM. O Projeto recebeu R\$ 1.100.00,00 (um milhão e cem mil reais) em licenças, treinamentos para a equipe e migração dos servidores físicos para a plataforma virtualizada. Foram empregados 10 (dez) meses de esforço entre o início do projeto, licitação, implantação, treinamento e migração.

O TRE-AM usufrui dos 2 (dois) contratos de prestação de serviços os quais em virtude do reduzido quadro de servidores requerem manutenção de serviços de terceiros, contudo, é possível iniciar nova contratação com relativa rapidez em virtude da experiência na casa com os temas envolvidos:

- Suporte a infraestrutura: Atendimento de microinformática e infraestrutura de servidores em 1º e 2º níveis;
- Sustentação de Sistemas: Manutenção corretivas dos sistemas eletrônicos em funcionamento no TRE-AM.

4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Nos dias atuais, contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável é uma necessidade premente nas organizações, e quando falamos de administração pública a questão torna-se uma obrigação. A Responsabilidade Socioambiental se tornou um atributo de valor do Poder Judiciário, que para ser alcançado demanda envolvimento e mudanças de atitude de todo o corpo funcional, bem como a promoção de práticas sustentáveis nas atividades rotineiras, fomentando uma nova mentalidade e construindo um novo comportamento organizacional.

Em 2015 o TRE-AM, em cumprimento à Resolução CNJ nº 201/2015 e, por meio da Portaria nº 533/2015, instituiu o Núcleo Socioambiental Permanente (NSAP), responsável pelo fomento de práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente. Além do normativo acima, o TSE emitiu a Resolução nº 23.474, de 16 de abril de 2016, que trata da regulamentação do tema na Justiça Eleitoral.

Resumo das principais atividades do NSAP:

- Capacitação de três servidores membros do núcleo, maio de 2016 no Rio de Janeiro;
- Participação no III Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Superior Tribunal de Justiça, em junho de 2016 em Brasília/DF;
- Realização do I Seminário de Sustentabilidade: Gestão Pública e Planos de Logística Sustentável do TRE-AM, em julho de 2016, com a participação dos servidores da Secretaria e dos cartórios eleitorais da capital e de órgãos (Tribunal Regional do Trabalho, Justiça Federal e Tribunal de Justiça do Amazonas);
- Elaboração e execução do Projeto Carbono Neutro para as Eleições Municipais de 2016
 - Neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) dos contratos de transporte no Pleito de 2016 do TRE-AM, através do plantio de mudas em comunidades ribeirinhas. A neutralização dessas emissões, buscou o auxílio no desenvolvimento de comunidades ribeirinhas e a aproximação entre a Justiça Eleitoral e a sociedade, além da manutenção do meio de vida ribeirinho com a capacitação para que essas comunidades para retirar o seu sustento de atividades econômicas sustentáveis;
- Elaboração e execução do Projeto Selo Verde para as Eleições Municipais de 2016
 - Criação de um prêmio que laureasse aqueles partidos que tivessem o devido respeito ao meio ambiente ao longo do período eleitoral. Nessa direção, em 03/08/2016 foi aprovada a Resolução TRE-AM nº 10/2016 que instituiu o Selo Verde Eleitoral, a ser concedido ao final de cada eleição, pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, aos partidos políticos que não tiverem infrações decorrentes de propaganda eleitoral irregular, e menção honrosa eleitoral aos três primeiros partidos que menos possuírem notificações decorrentes de propaganda eleitoral irregular. O projeto do Selo Verde Eleitoral tem duas finalidades precípuas: incentivar a prática de eleições limpas, com o devido respeito ao meio ambiente e ser mais uma ferramenta para auxiliar na escolha dos candidatos pelo eleitor, ao passo que a divulgação do ranking parcial proporciona a transparência necessária ao exercício da democracia;

- Capacitação dos servidores em Gestão de Qualidade de Vida no Trabalho, em outubro de 2016;
- Constituição do Grupo Gestor de Qualidade de Vida no Trabalho do TRE-AM, em novembro de 2016;
- Instrução à Seção de Serviços Gerais quanto a adoção de critérios sustentáveis no Contrato de Prestação de Serviços de Conservação e Limpeza;

Trabalhos em andamento:

- Elaboração do Plano de Logística Sustentável do TRE-AM (PLS);
- Elaboração do Plano de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT);
- Constituição do Grupo de Gestão de Resíduos do TRE-AM.

Planos futuros:

- Realização do II Seminário de Sustentabilidade, com a participação dos servidores do interior;
- Execução do PLS, PQVT e da Coleta Seletiva;
- Participação na Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P).

5 GESTÃO DE FUNDOS E DE PROGRAMAS

Não há fundos sob a gestão deste tribunal. Fundo Partidário é gerido pelo Tribunal Superior Eleitoral.

5.1 INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO PARTIDÁRIO

5.1.1 Diretórios de partidos políticos registrados no TRE-AM

QUADRO 24 – Relação dos Diretórios de Partidos no Estado

Sigla	Nome do Partido	Registro no TRE		Responsável pelo Diretório	Período
		Nº	Data		
DEM	Democratas	25	11.09.86	Pauderney Tomaz Avelino	30.10.15 a 17.10.18
NOVO	Partido Novo	33	15.09.15	Sem diretório vigente	
PC DO B	Partido Comunista do Brasil	65	23.06.88	Eronildo Braga Bezerra	13.12.15 a 31.12.17
PCB	Partido Comunista Brasileiro	21	09.05.96	Luís Manoel Navarro	07.04.14 a 07.04.17
PCO	Partido da Causa Operária	22	30.09.97	Sem diretório vigente	
PDT	Partido Democrático Trabalhista	12	10.11.81	Stones da Costa Machado	28.04.16 a 28.10.16
PEN	Partido Ecológico Nacional	51	26.07.11	Dermilson Carvalho das Costas	12.04.16 a 14.03.17
PHS	Partido Humanista da Solidariedade	31	20.03.97	Maurício Wilker de Azevedo Barreto	01.01.15 a Indet.
PMB	Partido da Mulher Brasileira	35	29.09.15	Charles Sampaio de Oliveira	30.04.13 a 30.04.19
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro	15	30.06.81	Carlos Eduardo de Souza Braga	31.10.15 a 31.10.17
PMN	Partido da Mobilização Nacional	33	25.10.90	Marco Antônio Souza Ribeiro da Costa	16.12.15 a Indet.
PP	Partido Progressista	11	16.11.95	Francisco Garcia Rodrigues	06.03.10 a 08.10.16
PPL	Partido Pátria Livre	54	04.10.11	José Ribamar Campelo Aníbal	29.02.16 a 27.06.16
PPS	Partido Popular Socialista	23	19.03.92	José Augusto de Souza Rodrigues	05.02.16 a 27.10.17
PR	Partido da República	22	19.12.06	Alfredo Pereira do Nascimento	03.10.13 a Indet.
PRB	Partido Republicano Brasileiro	10	25.08.05	José Carlos dos Santos Mello	10.02.15 a Indet.
PROS	Partido Republicano da Ordem Social	31	24.09.13	José Melo de Oliveira	30.09.13 a Indet.
PRP	Partido Republicano Progressista	44	29.10.91	Jackson Chagas Saldanha	22.05.14 a Indet.
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	28	28.03.95	Alessandro Bronze Toniza	24.11.15 a 30.06.16
PSB	Partido Socialista Brasileiro	40	01.07.88	Marcelo Augusto da Eira Corrêa	01.11.11 a Indet.

PSC	Partido Social Cristão*	20	29.03.90	(c) Nilton Barroncas dos Santos (b) Jorge Haddade Abrahão (a) Francisco de Souza	(c) 07.04.15 a Indet. (b) 01.07.12 a Indet. (a) 27.11.11 a Indet.
PSD	Partido Social Democrático	55	27.09.11	Omar José Abdel Aziz	01.07.15 a 30.06.17
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	45	24.08.89	Mário Barros da Silva	08.06.15 a 08.06.17
PSDC	Partido Social Democrata Crista	27	05.08.97	Cícero José de Lima Alencar	07.03.16 a 04.07.16
PSL	Partido Social Liberal	17	02.06.98	João Wellington de Medeiros Cursino	02.10.14 a 22.12.16
PSOL	Partido Socialismo Liberdade	50	15.09.05	Marcos Antônio Queiroz	07.11.15 a 31.12.16
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Urbanos	16	03.11.81	Gilberto Vasconcelos da Silva	23.03.16 a 22.03.18
PT	Partido dos Trabalhadores	13	11.02.82	Valdemir de Souza Santana	10.12.13 a 20.02.18
PT DO B	Partido Trabalhista do Brasil	70	11.10.94	Francisco Evilázio Pereira	07.07.09 a Indet.
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	14	03.11.81	Raimundo Sabino Castelo Branco Maués	01.10.15 a 15.10.16
PTC	Partido Trabalhista Cristão	36	22.02.90	Jonas Almeida dos Santos	12.03.15 a 30.09.16
PTN	Partido Trabalhista Nacional	19	02.10.97	Abdala Habib Fraxe Júnior	18.03.10 a Indet.
PV	Partido Verde	43	30.09.93	Eliane Ferreira da Silva	05.12.15 a 01.07.17
REDE	Rede Sustentabilidade	34	22.09.15	Camila Suzan Sena Santana	11.10.15 a 11.10.17
SD	Partido Solidariedade	32	24.09.13	José Henrique Oliveira	15.03.14 a Indet.

Fonte: Secretaria Judiciária – SJD

5.1.2 Valores recebidos pelos diretórios estaduais

O quadro abaixo visa a demonstrar as cotas do Fundo Partidário recebidas pelos diretórios estaduais dos partidos políticos por exercício. Essas informações são declaradas pelas próprias agremiações partidárias nas prestações de contas.

QUADRO 25 – Cotas do Fundo Partidário recebidas pelos diretórios estaduais dos partidos

Valores em R\$ 1,00

Sigla	Exercícios		
	2016 ⁴	2015	2014
DEM		240.000,00	40.000,00
NOVO			
PC DO B		-	-
PCB		-	-
PCO			-
PDT		30.000,00	-
PEN		-	-
PHS		-	-
PMB		-	-
PMDB		1.350.358,63	576.463,31
PMN			-
PP		543.000,00	-
PPL			-
PPS		110.000,00	-
PR		68.577,67	226.213,28
PRB		63.800,00	-
PROS		-	-
PRP			-
PRTB		-	-
PSB		135.226,38	95.704,59
PSC			-
PSD		945.000,00	517.500,00
PSDB		526.846,79	362.287,18
PSDC		-	-
PSL			-
PSOL		61.844,27	20.185,84
PSTU		-	-
PT		694.876,37	304.349,74
PT DO B			-
PTB			-
PTC			-
PTN		-	-

⁴ Dados não disponíveis em razão do prazo para entrega das prestações de contas 2016 ser até 30/04/2017.

PV		-	-
REDE		-	-
SD		47.782,00	80.637,00

Fonte: Coordenadoria de Controle Interno

5.1.3 Prestação de contas dos diretórios estaduais

QUADRO 26 – Diretórios estaduais que prestaram contas relativas ao exercício anterior ao de referência do relatório de gestão

Sigla	Dados da Prestação de Contas de 2015		
	Data	Processo n. (protocolo n.)	Situação em 31.12.16
DEM	06.05.2016	61-79 (4.691/2016)	AN
NOVO	INEXISTÊNCIA DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO NO AMAZONAS		
PC DO B	04.05.2016	55-72 (4.883/2016)	AN
PCB	04.05.2016	57-42 (4.858/2016)	AN
PCO	INEXISTÊNCIA DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO NO AMAZONAS		
PDT	04.05.2016	51-35 (4.919/2016)	AN
PEN	04.05.2016	47-95 (4.893/2016)	AN
PHS	03.05.2016	46-13 (4.854/2016)	AN
PMB	15.04.2016	30-59 (3.610/2016)	AN
PMDB	18.04.2016	31-44 (3.729/2016)	AN
PMN	11.07.2016	117-15 (8.510/2016)	AN
PP	04.05.2016	50-50 (4.927/2016)	AN
PPL	28.07.2016	142-28 (9.862/2016)	AN
PPS	06.05.2016	62-64 (4.911/2016)	AN
PR	29.04.2016	42-73 (4.413/2016)	AN
PRB	04.05.2016	53-05 (4.851/2016)	AN
PROS	05.05.2016	60-94 (4.888/2016)	AN
PRP	02.08.2016	147-50 (10.343/2016)	AN
PRTB	04.05.2016	49-65 (4.520/2016)	AN
PSB	04.05.2016	58-27 (4.635/2016)	AN
PSC	02.08.2016	148-35 (10.344/2016)	AN
PSD	04.05.2016	54-87 (4.685/2016)	AN
PSDB	29.04.2016	44-43 (4.452/2016)	AN
PSDC	04.05.2016	59-12 (4.823/2016)	AN
PSL	02.08.2016	149-20 (10.345/2016)	AN
PSOL	23.05.2016	72-11 (6.035/2016)	AN
PSTU	03.05.2016	45-28 (4.701/2016)	AN
PT	09.05.2016	63-49 (4.668/2016)	AN
PT DO B	22.06.2016	88-62 (7.399/2016)	AN
PTB	21.07.2016	130-14 (9.323/2016)	AN

PTC	02.08.2016	150-05 (10.346/2016)	AN
PTN	29.04.2016	43-58 (4.359/2016)	AN
PV	04.05.2016	52-20 (4.514/2016)	AN
REDE	04.05.2016	56-57 (5.006/2016)	AN
SD	04.05.2016	48-80 (4.506/2016)	AN

Fonte: Secretaria Judiciária

Legenda: AN – Em análise; AP – Aprovada; AR – Aprovada com ressalva; DP – Desaprovada; RE – Em recurso

5.1.3.1 Não prestação de contas pelos diretórios estaduais

QUADRO 27 – Dretórios estaduais que não prestaram contas

Sigla	Dretórios Estaduais que NÃO prestaram contas relativas ao exercício anterior ao do relatório (ano 2015)
	Processo n. (protocolo n.)
PRP	147-50.2016 (10.343/2016)
PSC	148-35.2016 (10.344/2016)
PSL	149-20.2016 (10.345/2016)
PTB	130-14.2016 (9323/2016)
PTC	150-05.2016 (10.346/2016)

Fonte: Secretaria Judiciária

5.1.4 Situação das contas prestadas pelos diretórios estaduais

QUADRO 28 – Julgamento das contas dos diretórios estaduais dos partidos

Sigla	Situação das Contas dos Dretórios				
	2015	2014	2013	2012	2011
DEM	AN	AN	AN	NP	NP
NOVO *	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA
PC DO B	AN	AN	DP	DP	DP
PCB	AN	NP	-	-	-
PCO *	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA
PDT	AN	AN	DP	DP	DP
PEN	AN	AN	-	DP	-
PHS	AN	AN	AP	NP	DP
PMB	NP	-	-	-	-
PMDB	AN	AN	AN	AN	AR
PMN	AN	AN	DP	-	-
PP	AN	AN	AP	AR	DP
PPL	AN	AN	-	-	-
PPS	AN	AN	AR	NP	DP

PR	AN	AN	AN	DP	DP
PRB	AN	AN	AN	DP	DP
PROS	AN	AN	AP	-	-
PRP	AN	AN	-	-	-
PRTB	AN	AN	DP	AN	DP
PSB	AN	AN	AR	DP	DP
PSC	AN	AN	DP	NP	DP
PSD	AN	AN	AN	AR	AR
PSDB	AN	AN	AR	AN	DP
PSDC	NP	AN	AN	AN	AN
PSL	AN	NP	DP	DP	NP
PSOL	AN	AN	AR	DP	DP
PSTU	AN	AN	-	-	-
PT	AN	AN	AN	AN	AN
PT DO B	AN	NP	-	-	-
PTB	AN	AN	NP	NP	NP
PTC	AN	AN	-	-	NP
PTN	AN	AN	AP	DP	AR
PV	AN	AN	DP	DP	AR
REDE	AN	-	-	-	-
SD	AN	AN	AR	-	-

Fonte: Secretaria Judiciária

Legenda: AN – Em Análise; AP – Aprovada; AR – Aprovada com Ressalva; DP – Desaprovada; RE – Em Recurso; NP – Julgada não prestada; NSA – Não se Aplica (por não haver diretório regional)

Relacionamento com a sociedade

Nesta seção são apresentadas as principais informações sobre os canais de comunicação para fins de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões disponibilizados pelo TRE-AM aos seus clientes. As informações encontram-se organizadas nos seguintes tópicos:

- CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO
- CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO
- AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS
- MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE
- MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

Os principais canais de comunicação disponibilizados pelo TRE-AM aos seus clientes são a Ouvidoria Regional Eleitoral, a Assessoria de Comunicação Social e o sítio *web* do tribunal na *internet*.

1.1 OUVIDORIA REGIONAL ELEITORAL

A Ouvidoria é o canal de comunicação direta com o cidadão para receber, processar e responder a reclamações, denúncias, sugestões e críticas, pedidos de informação e esclarecimento de dúvidas em geral.

Para contatar a Ouvidoria do TRE-AM, estão disponíveis os seguintes meios:

- Fone/Fax: (92) 3632-4499 / 0800 096 0004
- Internet: <http://www.tre-am.jus.br/institucional/ouvidoria/fale-conosco/fale-conosco>
- E-mail: ouvidoria@tre-am.jus.br
- Presencial: Av. André Araújo, 200 – Fórum Eleitoral, Aleixo, CEP 69060-000
- Correspondência: endereçada à Ouvidoria Regional Eleitoral do Amazonas, Av. André Araújo, s/n, Aleixo, CEP 69060-000, Manaus – AM

O horário de funcionamento do atendimento fone, fax e presencial é de 7 às 13h, de segunda à sexta-feira.

1.2 ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

A Assessoria de Comunicação Social desenvolve atividades nas áreas de imprensa, relações públicas, comunicação digital, promoção, patrocínio, publicidade e cerimonial. Seu foco de atenção é a imprensa em geral.

A ASCOM atende por meio dos seguintes meios.

- Fone/Fax: (92) 3632-4414
- Internet/blog: <http://blog.tre-am.jus.br/>
- E-mail: ascom@tre-am.jus.br
- Mídias sociais:
 - [facebook.com/treamazonas](https://www.facebook.com/treamazonas)
 - twitter.com/treamazonas
 - [youtube.com/treamazonas](https://www.youtube.com/treamazonas)

1.3 PORTAL WEB DO TRIBUNAL NA INTERNET

Por meio do sítio *web* do TRE-AM na *internet*, no endereço www.tre-am.jus.br, estão disponíveis diversos serviços e informações.

2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

O TRE-AM disponibiliza, desde 2012 em seu portal *web*, a carta de serviços que provê, dentre outras, as seguintes informações:

- Compromissos com o atendimento;
- Prioridades no atendimento;
- Canais de comunicação;
- Locais e horários de atendimento;
- Detalhamento dos principais serviços oferecidos;
- Endereço das unidades do tribunal e cartórios eleitorais.

A carta de serviços ao cidadão encontra-se disponível no endereço eletrônico:

<http://www.tre-am.jus.br/eleitor/servicos/carta-de-servicos-ao-cidadao>

3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

O TSE realiza pesquisa periódica para aferir o grau de satisfação do cidadão com os serviços prestados pela Justiça Eleitoral. O TRE-AM realiza pesquisas de satisfação de forma pontual (ainda não como um processo continuado).

A última pesquisa realizada pelo TRE-AM foi em 2012, nos municípios de Manaus, Manacapuru, Itacoatiara, Rio Preto da Eva e Iranduba, onde foram obtidas informações acerca da estrutura física, atendimento ao público e resolução dos problemas apresentados pelo eleitor. O índice de satisfação geral, obtido a partir das respostas dadas, alcançou um total de 81%.

4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES

Publicada no DOU, no dia 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), trouxe ao serviço público, de forma regulamentada, a publicidade já prevista no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal de 1988.

No portal *web* do tribunal, na seção “Transparência”, encontram-se publicadas diversas informações sobre compras, contratos, gestão fiscal, gestão orçamentária e financeira, licitações, produtividade dos magistrados, entre outras.

Além disso, o TRE-AM disponibiliza formulário eletrônico para requerimento de informações no endereço:

<http://www.tre-am.jus.br/transparencia/lei-de-acesso-a-informacao/formulario-lei-de-acesso-a-informacao>

5 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

A Justiça Eleitoral é um órgão com grande capilaridade, o que, por si só, garante um nível muito bom de acessibilidade. No Amazonas, a Justiça Eleitoral se faz presente, por meio dos cartórios eleitorais, em 58 dos 62 municípios do Estado, fazendo visitas periódicas aos 4 municípios restantes para atendimento dos cidadãos.

O TRE-AM possui um grupo de trabalho multidisciplinar (Portaria 004/2013) responsável pelo Programa de Acessibilidade da Justiça Eleitoral, que foi regulamentada pela Resolução TSE nº 23.381, de 2012.

No exercício de 2015, o trabalho mais importante em favor da acessibilidade foi o recadastramento dos eleitores do município de Manaus, onde todos os eleitores foram alocados nos locais de votação mais próximos possível de suas residências.

Além disso, os locais de votação são escolhidos, na medida do possível, dentre aqueles que oferecem condições de acessibilidade e os cartórios eleitorais definem seções especiais destinadas aos eleitores com algum tipo de deficiência.

Desempenho financeiro e informações contábeis

Nesta seção são apresentadas informações sobre posição patrimonial e financeira, bem como o resultado e o desempenho financeiro do TRE-AM. Estas informações encontram-se organizadas nos seguintes tópicos:

- TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS
- SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DO TRE-AM
- DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

1 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

Em 2016, na UG 070003 – TRE-AM, continuou a aplicação parcial das Variações Patrimoniais derivadas das NBC.T 16.9 e NBC.T 16.10, uma vez que o ativo imobilizado, apesar de ser avaliado com regularidade e mensalmente, levou em consideração apenas os impactos da DEPRECIAÇÃO. No exercício de 2016 também não houve a implementação da apuração da AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO nas UG'S (Unidades Gestoras), uma vez que essa apuração ainda continua dependendo de estudos que estão sendo realizados pelo egrégio TSE-TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.

A DEPRECIAÇÃO de bens neste Regional continua sendo efetuada e controlada pela COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO E DEPRECIAÇÃO DOS BENS DA UNIDADE GESTORA, a qual determinou as regras e índices para depreciação no órgão, com base nos normativos em vigor, procedimentos que são acompanhados por esta COF/SEÇÃO DE CONTABILIDADE. As instruções foram repassadas para a COMAP/SEPAT -Coordenadoria de Material e Patrimônio/Seção de Patrimônio do TRE/AM, que, com base no Sistema de Controle Patrimonial (ASI), calcula o valor da depreciação mensal dos bens patrimoniais, lançando e contabilizando o resultado no sistema SIAFWEB por meio de Nota de Lançamento, mensalmente.

As taxas utilizadas para os cálculos foram determinadas pelo TSE, conforme quadro abaixo, e também não sofreram alterações no exercício sob análise (2016):

QUADRO 29 – Vida útil e valor residual de bens

Conta	Título	Vida Útil (anos)	Valor Residual
1.4.2.1.2.02.00	AERONAVES	-	-
1.4.2.1.2.04.00	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	15	10%
1.4.2.1.2.06.00	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10	20%
1.4.2.1.2.08.00	APAR.,EQUIP.E UTENS.MED.,ODONT.,LABOR. E HOSP.	12	20%
1.4.2.1.2.10.00	APARELHOS E EQUIP. P/ESPORTES E DIVERSÕES	10	10%
1.4.2.1.2.12.00	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10	10%
1.4.2.1.2.14.00	ARMAMENTOS	20	15%
1.4.2.1.2.18.00	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	10	0
1.4.2.1.2.19.00	DISCOTECAS E FILMOTECAS	5	10%
1.4.2.1.2.20.00	EMBARCAÇÕES	-	-
1.4.2.1.2.22.00	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	20	10%
1.4.2.1.2.24.00	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANCA E SOCORRO	10	10%
1.4.2.1.2.26.00	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	20	10%
1.4.2.1.2.28.00	MÁQUINAS E EQUIPAM. DE NATUREZA INDUSTRIAL	20	10%
1.4.2.1.2.30.00	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	10	10%

1.4.2.1.2.32.00	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	15	10%
1.4.2.1.2.33.00	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VIDEO E FOTO	10	10%
1.4.2.1.2.34.00	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	10%
1.4.2.1.2.35.00	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS	5	10%
	URNA ELETRÔNICA	10	10%
1.4.2.1.2.36.00	MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENS. DE ESCRITÓRIO	10	10%
1.4.2.1.2.38.00	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	10	10%
1.4.2.1.2.39.00	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	10	10%
1.4.2.1.2.40.00	MAQ.EQUIP.UTENSÍLIOS AGRI/AGROP.E RODOVIÁRIOS	10	10%
1.4.2.1.2.42.00	MOBILIÁRIO EM GERAL	10	10%
1.4.2.1.2.48.00	VEÍCULOS DIVERSOS	15	10%
1.4.2.1.2.51.00	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10	10%
1.4.2.1.2.52.00	VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	15	10%
1.4.2.1.2.57.00	ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	5	10%
1.4.2.1.2.60.00	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS MARÍTIMOS	15	10%

Fonte: Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças – SAO

Metodologia adotada para realizar a depreciação de bens nesta UG: Utilização do Sistema ASI - Sistema de Controle Patrimonial, que mensura mensalmente o valor de depreciação nos bens patrimoniais do órgão, contabilizando o resultado no sistema SIAFI e no ASI. Até o presente momento, não há neste órgão legislação aplicável para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos de dívidas, dos estoques, do intangível e do diferido.

Impacto da utilização dos critérios contidos na NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UG no exercício: a depreciação de bens do Ativo Permanente em 2016, em relação a 2015, foi efetuada no percentual geral de 37,20% (trinta e sete vírgula vinte por cento) - conta DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS, índice dentro da normalidade considerando-se todos os itens patrimoniais depreciados mensalmente com as taxas aplicadas a cada classificação contábil dos bens.

2 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DO TRE-AM

A sistemática de apuração dos custos na Justiça Eleitoral está em desenvolvimento desde o ano de 2015 e faz parte do planejamento estratégico do Tribunal Superior Eleitoral. Inclui desde a definição de critérios até a elaboração de sistema informatizado para captação e levantamento destes custos.

Em 19 de dezembro de 2016, foi aprovada pelo pleno do Tribunal Superior Eleitoral a Resolução 23.504, que dispõe sobre a implantação da sistemática de apuração de custos no âmbito da Justiça Eleitoral.

Dadas as características próprias desta Justiça Especializada, estabeleceu-se como centro de custo o imóvel ocupado, partindo-se daí para a definição dos custos a serem apurados e suas metodologias.

Para o exercício financeiro de 2016, foram escolhidos 30 itens para a apuração parcial de custos. São eles: energia elétrica, serviços de água e esgoto, limpeza, vigilância ostensiva, vigilância eletrônica, locação de imóvel, telefonia, teleprocessamento, manutenção predial, material de consumo, repasse ao cedente, terceirização, serviços eventuais, estagiários, pessoal e encargos sociais, pessoal requisitado, depreciação do imóvel, alimentação de mesários, auxílios e benefícios de pessoal efetivo, auxílios e benefícios de pessoal requisitado, capacitação e treinamento, combustíveis, concurso, transporte de urnas, diárias, locação de mobiliário e equipamentos, menor aprendiz, oficiais de justiça, passagens e transporte de pessoas e condomínio. Essas despesas foram escolhidas levando-se em conta sua relevância, sua facilidade de mensuração e sua divisibilidade por imóvel.

De acordo com a mencionada Resolução, compete à Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do TSE, que atua como órgão setorial, a responsabilidade pelo gerenciamento e consolidação dos dados, baseados nas informações prestadas pelos Tribunais Eleitorais. Atualmente, o levantamento dos custos na Justiça Eleitoral encontra-se em fase de apuração.

3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

As demonstrações contábeis encontram-se no Anexo I.

Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle

Nesta seção são apresentadas informações sobre atendimento a demandas oriundas de legislação específica e dos órgãos de controle. Estas informações encontram-se organizadas nos seguintes tópicos:

- TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU
- TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO
- DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993
- INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Salienta-se, porém, que não houve, no exercício de 2016, nenhuma ocorrência quanto aos itens abaixo:

- MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIOO
- INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

1.1 DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE CUMPRIMENTO

QUADRO 30 – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da ciência
TC-035.010/2014-2 (PRESTAÇÃO DE CONTAS – Exercício 2013)	5948/2015-TCU – 2ª Câmara	1.7.1	Ofício 1646/2015-TCU/SECEX- AM, de 31.8.2015	22.9.2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Presidência do TRE/AM				
Descrição da determinação/recomendação				
Recomendação para estabelecer uma política de gestão de riscos abrangente, que envolva estratégias que identifiquem e alinhem os potenciais riscos institucionais, fortaleça as decisões em respostas aos riscos e aprimore os controles internos administrativos, a exemplo da adoção pelo Tribunal Eleitoral do Rio Grande do Sul de resolução que dispõe sobre política de gestão de risco (Resolução TRE/RS 249/2014)				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Desde 2013 o TRE-AM vem se preparando para instituição de um processo formal e estruturado de gestão de riscos, mas esse é um trabalho relativamente demorado mesmo, uma vez que a gestão de riscos é uma rotina geralmente aplicada nos processos de trabalho e/ou projetos críticos. Dessa forma, gerir riscos pressupõe conhecer os processos de trabalho e/ou os projetos críticos da organização, bem como valer-se de uma metodologia de gestão de riscos instituída como norma interna, e, ainda, dispor de pessoas capacitadas para o trabalho.				
O primeiro piloto com riscos no TRE-AM foi realizado no macroprocesso das eleições de 2014, que havia sido recentemente mapeado, onde foram identificados dez riscos. O trabalho de identificação, análise qualitativa e quantitativa, planejamento de resposta e monitoramento e controle dos riscos relacionados às Eleições 2014 (macroprocesso principal), foi tratado conforme o conhecimento técnico da disciplina, incluindo na planilha de riscos dados como descrição, tipo, gatilho, causas, probabilidade de ocorrência, impacto, grau, responsável, estratégia de enfrentamento, ações necessárias e plano de contingência.				
Em junho de 2016 o TRE-AM promoveu capacitação de 16 horas em Gestão de Riscos no Setor Público para 23 servidores, incluindo o Diretor Geral, Secretários e Coordenadores. O curso foi ministrado pelo Sr. Edison Franklin Almeida, auditor do TCU.				
O próximo passo é a aprovação de uma política interna de gestão de riscos, ainda sem uma data fechada. A área de planejamento estratégico está desenvolvendo e colocando em prática alguns mecanismos de governança e gestão junto aos principais gestores. Esse trabalho é gradativo, pois envolve mudança da cultura de gestão do setor público. Ademais, a gestão de riscos não pode ser tratada isoladamente, devendo caminhar junto com a gestão estratégica, a gestão de processos e o gerenciamento de projetos.				

Fonte: Coordenadoria de Controle Interno – CCI

QUADRO 31 – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da ciência
TC-035.010/2014-2 (PRESTAÇÃO DE CONTAS – Exercício 2013)	5948/2015-TCU – 2ª Câmara	1.7.2	Ofício 1646/2015-TCU/SECEX- AM, de 31.8.2015	22.9.2015

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

Presidência do TRE/AM

Descrição da determinação/recomendação

Disponibilizar e divulgar os procedimentos licitatórios em conformidade com a Lei Complementar 101/2000 (arts. 48 e 48-A) alterada pela Lei Complementar 131/2009, com vistas a assegurar a transparência, mediante a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público e nesse sentido, disponibilizar, no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Este item foi objeto de recomendação em vista da auditoria realizada ainda no exercício 2013, item 6.3 do Relatório de Auditoria de Tecnologia da Informação do TRE/AM – inexistência e/ou defasagem de informações no sítio do Tribunal Regional Eleitoral – área de licitações. Em decisão de janeiro/2014, a Presidência do Tribunal determinou à Diretoria Geral a completa observância das recomendações do órgão de controle, bem como o encaminhamento de cópia dos autos ao CNJ.

Em ações de monitoramento dos processos de auditoria, a Seção de Auditoria enviou à Secretaria de Administração, ainda no mês de junho/2014, sugestão de procedimentos a serem adotados com vistas ao saneamento do achado, conforme itens abaixo, enviando, ainda, modelo de plano de ação a ser encaminhado para análise no prazo de 20 dias, contudo, não houve resposta da Administração, nem adoção dos procedimentos sugeridos.

1. Atualização dos dados relativos aos contratos vigentes, principalmente os referentes às obras e serviços de engenharia e serviços contínuos, mediante a correta definição de seus beneficiários.
2. Inserção dos editais de licitação de todas as modalidades, na página de internet deste Tribunal, relativos aos últimos 4 (quatro) exercícios e ao exercício atual;
3. Elaboração de plano de ação onde sejam definidas as rotinas necessárias à regularização das situações apontadas, estabelecendo procedimentos, prazos e responsáveis pelas atividades a serem definidas.

Fonte: Coordenadoria de Controle Interno – CCI

2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

2.1 RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

QUADRO 32 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
A.1	Procedimentos de fiscalização de pagamentos da obra de reforma do estacionamento do TRE. Objeto do Processo PAD n. 007282/2016. – 6ª medição	7	Documento PAD 144068/2016
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			
Secretaria de Gestão de Pessoas			
Descrição da Recomendação			
7.1 Recomendar que a fiscalização inicie os procedimentos visando a possíveis sanções administrativas à contratada, respeitando, obviamente, o contraditório e a ampla defesa, em face do que dispõe a seção 6 (COMENTÁRIOS FINAIS), do relatório qualitativo dos serviços (Doc. 153232/2016); e			
7.2 Juntar aos autos o comprovante da publicação do extrato do Segundo Termo Aditivo na imprensa oficial, caso já tenha sido publicado.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			
Seção de Obras e Projetos / Fiscal do contrato			
Síntese da Providência Adotada			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Emissão da Notificação n. 1/2016-SEOP, de 26.09.2016, acerca da aplicação de multa por inexecução parcial do contrato, no valor de R\$ 1.959,62. 2. Juntada do segundo termo aditivo ao contrato. 			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Decisão administrativa de aplicação de penalidade por inexecução parcial, recurso do contratado e decisão do plenário do tribunal acerca da aplicação da penalidade.			
Regularização da documentação que deve estar presente no processo de pagamento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A realização dos procedimentos de fiscalização, por parte da unidade de controle interno, dos pagamentos de obras, serviu de auxílio à fiscalização do contrato e à Administração, no tocante ao impulsionamento de procedimentos para aplicação de sanções administrativas.			

Fonte: Coordenadoria de Controle Interno – CCI

2.2 RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO NÃO ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

QUADRO 33 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

A.1	Procedimentos de fiscalização de pagamentos da obra de reforma do estacionamento do TRE. Objeto do Processo PAD n. 007282/2016. – 6ª medição	7	11.4.2016 Documento PAD 44416/2016
-----	--	---	---------------------------------------

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação

Seção de Obras e Projetos/COSEG/SAO

Descrição da Recomendação

7.1 A fiscalização deve **atuar no sentido de normalizar o ritmo de execução dos serviços**, uma vez que esta primeira etapa sofreu defasagem de 47% no volume de serviços inicialmente previstos.

Providências Adotadas

Sector Responsável pela Implementação

Seção de Obras e Projetos / Fiscal do contrato

Síntese da Providência Adotada

A fiscalização do contrato informou que **será realizada alteração no cronograma físico-financeiro da obra, a fim de adequá-lo à realidade encontrada após o início das escavações**, tendo em vista que não houve a previsão dos fatores de limitação da execução dos serviços, principalmente das escavações e infraestrutura.

Síntese dos Resultados Obtidos

A execução dos serviços continuou sofrendo atrasos, em comparação com o previsto no cronograma físico financeiro.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Falhas na etapa de planejamento da obra, em decorrência do que houve atrasos na sua execução.

Fonte: Coordenadoria de Controle Interno – CCIA

QUADRO 34 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
A.1	Procedimentos de fiscalização de pagamentos da obra de reforma do estacionamento do TRE. Objeto do Processo PAD n. 007282/2016. – 6ª medição	7	05.05.2016 Documento PAD 55867/2016

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação

Seção de Obras e Projetos/COSEG/SAO

Descrição da Recomendação

7.1 À fiscalização do contrato, a fim de **atuar no sentido de normalizar o ritmo de execução dos serviços, uma vez que a defasagem na execução já ultrapassou os 65% do volume de serviços inicialmente previstos**, o que irá acarretar, caso não seja equacionado, impossibilidade de cumprimento do prazo previsto para conclusão do empreendimento.

Providências Adotadas

Sector Responsável pela Implementação

Seção de Obras e Projetos / Fiscal do contrato

Síntese da Providência Adotada

A fiscalização do contrato informou que **há necessidade de ajuste do cronograma físico apresentado pela contratada em sua proposta comercial**, a qual foi elaborada a partir do cronograma apresentado pelo Tribunal no edital de licitação, por conta das incoerências verificadas quanto à definição do andamento dos serviços ao longo do prazo da obra. Ressaltou que esse ajuste deverá ser objeto de alteração contratual. **Acrescentou que com a conclusão do serviço de remanejamento da rede elétrica de alta tensão, em 30/04/2016, dará início ao estudo para melhor adequar o cronograma ao andamento real da obra**, posto que a existência da referida rede elétrica impactou

substancialmente na morosidade dos serviços executados nas 1ª e 2ª medições.

Síntese dos Resultados Obtidos

Continuidade no atraso na execução dos serviços, em comparação com o previsto no cronograma físico financeiro.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Falhas na etapa de planejamento da obra, em decorrência do que houve atrasos na sua execução.

Fonte: Coordenadoria de Controle Interno – CCIA

QUADRO 35 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
A.1	Procedimentos de fiscalização de pagamentos da obra de reforma do estacionamento do TRE. Objeto do Processo PAD n. 007282/2016. – 6ª medição	7	2.6.2016 Documento PAD 070836/2016
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			
Seção de Obras e Projetos/COSEG/SÃO			
Descrição da Recomendação			
7.1 À fiscalização do contrato, a fim de atuar no sentido de normalizar o ritmo de execução dos serviços, uma vez que esta a defasagem na execução persiste, a despeito da redução no percentual (de 65,88% para 37,69%), posto que poderá acarretar, caso não seja equacionado, impossibilidade de cumprimento do prazo previsto para conclusão do empreendimento.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			
Seção de Obras e Projetos / Fiscal do contrato			
Síntese da Providência Adotada			
A fiscalização do contrato informa que está elaborando um estudo detalhado para readequação dos quantitativos de serviços da planilha orçamentária para possibilitar a confecção de novo cronograma físico-financeiro. A alteração dos quantitativos de serviços será necessária por conta da alteração realizada no projeto executivo da obra e, também, por conta da necessidade de alteração e implementação de algumas soluções técnicas que visam o melhor desempenho da edificação. O referido estudo tem previsão de ser concluído no final deste mês de julho e será submetido à análise dos órgãos jurídicos deste Tribunal para verificação da viabilidade de alteração dos quantitativos da planilha, do cronograma e alteração do prazo contratual.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Continuidade no atraso na execução dos serviços, em comparação com o previsto no cronograma físico financeiro.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Falhas na etapa de planejamento da obra, em decorrência do que houve atrasos na sua execução.			

Fonte: Coordenadoria de Controle Interno – CCIA

QUADRO 36 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
A.1	Procedimentos de fiscalização de pagamentos da obra de reforma do estacionamento do TRE.	7	12/7/2016 Documento PAD 094441/2016

Objeto do Processo PAD n. 007282/2016. – 6ª medição		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		
Seção de Obras e Projetos/COSEG/SÃO		
Descrição da Recomendação		
7.1 À fiscalização do contrato, para atuar no sentido de normalizar o ritmo de execução dos serviços, uma vez que a defasagem na execução persiste , e que caso não seja equacionado, poderá impossibilitar o cumprimento do prazo previsto para conclusão do empreendimento. E ainda, observar que a confecção do novo cronograma físico-financeiro fique por conta, unicamente, da alteração realizada no projeto executivo da obra , a fim de atender a necessidade de alteração e implementação de algumas soluções técnicas que visam o melhor desempenho da edificação.		
Providências Adotadas		
Sector Responsável pela Implementação		
Seção de Obras e Projetos / Fiscal do contrato		
Síntese da Providência Adotada		
A fiscalização, para esta etapa (etapa 10 – novembro/2016), pontifica: Andamento global previsto era de 61% (ou R\$ 3.010.430,74, em termos de execução financeira); Andamento global medido foi de 53% (ou R\$ 2.576.075,49, em termos financeiros). Essa incompatibilidade aferida significa uma defasagem (atraso) de 8% (ou R\$ 434.355,25, em termos de execução financeira). Sobre isso, a fiscalização aduz que fará estudo detalhado das etapas que ensejaram o atraso demonstrado no cronograma, a fim de verificar a possibilidade de aplicação de multa de mora à contratada.		
Síntese dos Resultados Obtidos		
Continuidade no atraso na execução dos serviços, em comparação com o previsto no cronograma físico financeiro.		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		
Falhas na etapa de planejamento dos serviços a serem realizados.		
Fonte: Coordenadoria de Controle Interno – CCIA		

QUADRO 37 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
A.1	Procedimentos de fiscalização de pagamentos da obra de reforma do estacionamento do TRE. Objeto do Processo PAD n. 007282/2016. – 6ª medição	7	10.10.2016 Documento PAD 156787/2016
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			
Seção de Obras e Projetos/COSEG/SÃO			
Descrição da Recomendação			
7.1 Recomendar à fiscalização que acompanhe a situação descrita no subitem 5.7 deste relatório, acerca do serviço “pavimentação” , em face das falhas detectadas por ocasião da 5ª medição, até que a contratada o regularize, bem como acompanhe a execução do serviço “supraestrutura” , de sorte que a contratada o conclua ainda no mês em curso.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			
Seção de Obras e Projetos / Fiscal do contrato			
Síntese da Providência Adotada			
As áreas executadas desses dois serviços não foram pagas integralmente por conta de futura recuperação a ser executada, antes do término da obra.			

Síntese dos Resultados Obtidos

Forçar o contratado a executar as etapas de forma adequada, sob risco de não receber o pagamento.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fonte: Coordenadoria de Controle Interno – CCIA

QUADRO 38 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
A.1	Procedimentos de fiscalização de pagamentos da obra de reforma do estacionamento do TRE. Objeto do Processo PAD n. 007282/2016. – 6ª medição	7	21.11.2016 Documento PAD 177164/2016
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			
Seção de Obras e Projetos/COSEG/SÃO			
Descrição da Recomendação			
7.1 É oportuno salientar a obrigatoriedade de a fiscalização acompanhar as situações descritas nos subitens 5.8 a 5.10 deste relatório, acerca dos serviços “pavimentação” e “impermeabilização e do atraso constatado no andamento global da obra, sem prejuízo de realizar estudo com vistas à aplicação de sanção, à luz da legislação de regência.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			
Seção de Obras e Projetos / Fiscal do contrato			
Síntese da Providência Adotada			
A fiscalização, para esta etapa (etapa 11 – dezembro/2016), pontifica: O andamento global previsto era de 75% (ou R\$ 3.680.442,08, em termos de execução financeira). O andamento global medido foi de 60% (ou R\$ 2.949.393,97, em termos financeiros). Essa incompatibilidade aferida significa uma defasagem (atraso) de 15% (ou R\$ 731.378,11, em termos de execução financeira). Segundo a fiscalização, esse atraso deve-se, principalmente ao estudo de acréscimos e supressões por ela promovidos, estudo este que teve início em meados de outubro/2016, com reflexos até o mês em curso, e resultou na inexecução de alguns serviços tais como: revestimentos e instalações elétricas. A fiscalização acrescenta que não vê razoabilidade na aplicação de multa de mora à contratada.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atuação da fiscalização sobre a contratada, para que regularize o andamento da obra conforme cronograma.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Fonte: Coordenadoria de Controle Interno – CCIA

QUADRO 39 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
A.1	Procedimentos de fiscalização de pagamentos da obra de reforma do estacionamento do TRE. Objeto do Processo PAD n. 007282/2016. – 6ª	7	14.12.2016 Documento PAD 192780/2016

	medição		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			
Seção de Obras e Projetos/COSEG/SÃO			
Descrição da Recomendação			
7.1 É oportuno salientar a obrigatoriedade de a fiscalização acompanhar as situações descritas nos subitens 5.8 a 5.11 deste relatório, acerca dos serviços “revestimentos”, “pavimentação”, “impermeabilização e do atraso constatado no andamento global da obra, sem prejuízo de realizar estudo com vistas à aplicação de sanção, à luz da legislação de regência.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			
Seção de Obras e Projetos / Fiscal do contrato			
Síntese da Providência Adotada			
O andamento físico global previsto é de 66%, correspondendo ao financeiro acumulado de R\$ 3.306.533,10. Já o andamento global realizado foi de 68%, o que correspondeu a uma execução financeira acumulada de R\$ 3.402.690,11. 4. Em que pese o fato da obra estar com seu andamento adequado ao cronograma, a Fiscalização tem alertado a Contratada acerca da necessidade de implementação de maior celeridade na execução dos serviços e aumento do efetivo de operários..			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Regularização do andamento dos serviços em comparação com o cronograma físico financeiro.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Fonte: Coordenadoria de Controle Interno – CCIA

3 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993

O TRE-AM tem como medida de controle cláusula contratual em suas contratações que garantem o pagamento até o 5º dia útil do mês subsequente ao mês do fornecimento, assim, tão logo os documentos para liquidação de despesas são apresentados, o pagamento é realizado, em ordem cronológica de apresentação.

4 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

4.1 DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

QUADRO 40 – Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	-	-
Legal	-	-	-
Mercadológica	-	-	-
	0570.2549 / Comunicação e Divulgação Institucional	20.649,00	20.649,00
Utilidade pública	0570.4269 / Pleitos Eleitorais	125.650,00	125.650,00

Fonte: Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Os gastos com publicidade e propaganda em 2016 foram voltados para a preparação do processo eleitoral e outras atividades ligadas à atuação desta justiça especializada. Foram desenvolvidos vídeo tapes (VTs) com duração de trinta segundos, com mensagens institucionais e informativas para inserção nos meios de comunicação com o objetivo de informar a população sobre as eleições. Juntamente com outras ações que não implicaram em custos, essa iniciativa mostrou-se fundamental para a realização do pleito. Outra ação foi a impressão de faixas e banners, com a finalidade principal de sinalização.

A verba de pleitos eleitorais foi utilizada na instalação do Centro de Divulgação das Eleições, que concentrou as atividades da imprensa e do Gabinete de Gestão integrada das eleições. A concentração das informações prestadas pelas diversas instituições que operam no dia do pleito têm se demonstrado, ao longo dos anos, eficaz e evitado possíveis desencontros de informação.

Anexo I

1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS